
045ª SESSÃO ORDINÁRIA – 21MAI2012

(Texto com revisão final.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): Apregoo Requerimento, de autoria do Ver. Airto Ferronato, que solicita Licença para Tratamento de Saúde no dia 17 de maio de 2012.

Passamos ao

GRANDE EXPEDIENTE

O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra em Grande Expediente.

O SR. IDENIR CECCHIM: Sr. Presidente, Srs. Vereadores; esta segunda-feira promete muito, Ver. João Antonio Dib. Na sexta-feira, começa o final de semana, e as pessoas imaginam que os Vereadores descansam de sexta a segunda-feira. Na realidade, nós trabalhamos muito durante o fim de semana. O Ver. Haroldo de Souza, por exemplo, trabalha o dobro, porque ele tem que trabalhar no trabalho dele, como locutor importante deste Estado, mas ele também tem que cuidar da população. Nós não podemos dizer que cuidamos dos eleitores porque, senão, somos multados pelo Tribunal Eleitoral; nós cuidamos da população de Porto Alegre. E acompanhamos muitas atividades que acontecem na Cidade, ou porque somos solicitados, ou porque entendemos que devemos comparecer. Muitas vezes, a gente comparece a eventos, como o Ver. João Bosco Vaz faz, por exemplo, ele fica em eventos até as três horas da manhã; frequenta os clubes que são importantes na Cidade, os clubes sociais. O Ver. Brasinha, por exemplo, frequenta o Grêmio. Até nos dias em que o Grêmio não joga, ele vai para o Olímpico para cuidar dos associados, para dar sugestões. O Ver. Adeli Sell, que é do Renner ainda, para matar a saudade, frequenta muito a Av. A.J. Renner. Inclusive, tem alguns eleitores dele lá, eu vi algumas plaquinhas.

(Aparte antirregimental.)

O SR. IDENIR CECCHIM: O Ver. Adeli Sell é um homem trabalhador, também como V. Exa., João Bosco Vaz. Eu estava dizendo que V. Exa. trabalha até de madrugada porque frequenta os clubes, que são importantes para a Cidade e por isso eles merecem um tratamento especial, assim como os CTGs. Eu acho que, muitas vezes, o Poder Público é muito duro com os clubes sociais, com os CTGs. Um CTG faz um baile que passa um pouquinho da meia-noite, vem reclamação da vizinhança. Nós respeitamos as reclamações da vizinhança, mas os CTGs precisam funcionar. As igrejas precisam funcionar, as pessoas que vão à igreja precisam expressar a sua fé e, muitas vezes, não são entendidas. Tem uma pista de esquite ao lado do meu edifício que não para nunca, até de noite tem esquiteiro lá. Mas o que é que eu vou fazer? O esporte é importante, o que não se pode é conviver com barulho exagerado, com som de 450 decibéis.

(Aparte antirregimental do Ver. João Bosco Vaz.)

O SR. IDENIR CECCHIM: Para fazer justiça, o caminhão do Brasinha tem se comportado muito bem; o caminhão e o próprio Vereador, o barulho está muito reduzido.

O Sr. Alceu Brasinha: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Realmente, Ver. Idenir Cecchim, quando o senhor está na tribuna, para mim, é sempre motivo de alegria. Eu venho aqui pedir um aparte, primeiro, por ser seu amigo, segundo, porque sou admirador de V. Exa. pelo trabalho que V. Exa. exerce nesta Cidade. Não pode ter um Secretário melhor e maior aqui no Município de Porto Alegre, na SMIC, do que V. Exa. Não pode!

O SR. IDENIR CECCHIM: Obrigado.

O Sr. Alceu Brasinha: O seu nome já está marcado, porque realmente fez um trabalho exemplar. Eu costumo dizer que a gente não pode esquecer as coisas boas que um Secretário fez, e o senhor fez isso. Eu tenho certeza absoluta de que o senhor fez esse trabalho muito bem! Não teve Secretário igual a V. Exa, isso eu estou dizendo. Todos foram bons, eu conheço. O Adeli Sell foi um que implantou o seu trabalho muito bem, exemplar. O Secretário Valter Nagelstein também teve a sua participação, um Secretário que trabalhou muito pela Cidade. Mas igual a V. Exa... A sua marca está aqui no Centro, a sua marca é o Centro Popular de Compras. Essa é uma marca que todo porto-alegrense agradece; é trabalho de Vossa Excelência. Também quero falar sobre o que os clubes de Porto Alegre oferecem. Nos anos 1980, muitos jornalistas não conheciam sequer a América Latina, não conheciam, e o Grêmio proporcionou a esses jornalistas conhecerem o mundo todo, principalmente o Ver. João Bosco Vaz.

Eu sou evangélico, Ver. Cecchim, só que eu não posso frequentar a igreja, sabe por quê? Eu não posso porque eu não dou os 10% para a igreja, eu não dou. Então, eu faço o meu evangelho secreto, sou evangélico e pronto. Vou à igreja uma vez que outra, mas não posso ajudar porque tem muitos, muitos impostos para pagar, e eu estou cada vez mais quebrado, literalmente; então tu não podes, se quiseres, só se pagar os 10% para a igreja.

O SR. IDENIR CECCHIM: O senhor pode ser secreto com os irmãos, mas com Deus o senhor não estará sendo secreto.

Ver. Bernardino Vendruscolo, V. Exa. que, no final de semana, certamente frequentou algum CTG, algum rodeio, eu estava falando aqui que temos que ter um entendimento com essas entidades que agregam pessoas de bem. Claro que tem que ter silêncio, tem que ter regras, mas não dá para misturar alhos com bugalhos. Os CTGs, grande parte deles, prestam um serviço muito importante, principalmente para a juventude. O CTG Tiaraju, por exemplo, que é lá da minha região, no Jardim Itu, tem as internadas mirim, juvenil, a adulta, a veterana, tem declamadores, há uma vivência muito importante das pessoas lá no CTG, fazendo com que essas pessoas cresçam não só cultuando a

tradição, mas cultuando a família, cultuando a sociedade, fazendo com que a convivência ajude a transformar a sociedade, porque isso é necessário, Ver. Bernardino.

O Sr. Bernardino Vendruscolo: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Iniciamos bem a semana, pois elogio é melhor que briga e discussões que não levam a nada. De qualquer sorte, eu quero cumprimentá-lo e dizer que V. Exa., com certeza, vai se somar a um trabalho que nós estamos apresentando que é a possibilidade de os CTGs absorverem – esses CTGs próximos aos colégios – os alunos no turno inverso às aulas, contemplando ali o reforço escolar e outras atividades de lazer, porque os jovens precisam de lazer, e, com certeza, esta é uma estrutura que já está pronta e que vai dar um certo regramento aos jovens. Os CTGs hoje não recebem a devida valorização dos poderes como deveriam. Então, quero cumprimentá-lo por isso. Obrigado.

O SR. IDENIR CECCHIM: Obrigado, Vereador. Fazendo este passeio pelas instituições, esta caminhada, eu diria, quero cumprimentar o Ver. João Bosco Vaz por esse torneio magnífico nas canchas de bocha, o Torneio de Bocha do Município, que é uma coisa fantástica, Vereador. Imaginem só: cada praça, cada local tem uma cancha de bocha e lá há pessoas de bem, pessoas com um pouquinho mais de idade que têm tempo para jogar uma bochinha, para confraternizar, para se divertir e para fazer com que a identidade de cada um, dentro do seu bairro, fique mais clara, para que fiquem mais próximos uns dos outros; enfim, o esporte, a bocha, qualquer coisa que tenha um incentivo pequeno do Poder Público. Foi só construir as canchas... Eu não sei se isso é só da Secretaria de Esportes, ou é da SMAM, Ver. Garcia, V. Exa. que foi Secretário.

(Aparte antirregimental do Ver. Professor Garcia.)

O SR. IDENIR CECCHIM: Então, parabéns, também, para todas as pessoas que cuidam dessa cancha lá na SMAM, porque muitas pessoas estão nas canchas de bocha.

Agora, tem um outro fenômeno que está acontecendo, aí, sim, não só no final de semana, mas durante a semana toda, que são os bailes vespertinos, os bailes da tarde e das primeiras horas da noite. A boa idade, e as pessoas nem gostam que se chame de boa idade, nem de segunda idade, nem nada, são as pessoas que gostam de dançar! E estão acontecendo em toda a Cidade, cada vez estão mais lotados esses bailes, porque as pessoas se aposentam com boa saúde, felizmente; a expectativa de vida se alargou. Nós temos aqui o Ver. João Antonio Dib, que já fez 80 anos e é o decano dos Vereadores! Mas ele está com uma saúde e, principalmente, com uma inteligência, com uma cabeça cada vez mais sensacional. Todos nós podemos, todos os dias, beber um pouco dessa inteligência, aprender com o Ver. João Antonio Dib! E pessoas assim que estão aqui na Cidade, nós temos que aprender com elas, valorizá-las, e valorizar os locais...

O Sr. João Antonio Dib: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Nobre Ver. Idenir Cecchim, obrigado pelas palavras elogiosas, mas eu quero dizer a V. Exa. que a minha mãe me ensinou que eu deveria acumular juventude e não envelhecer.

O SR. IDENIR CECCHIM: O senhor não envelheceu: seguiu muito bem os conselhos de sua mãe. Ela era uma sábia. O senhor, que nasceu lá em Vacaria, comendo aqueles pinhões durante o inverno, seguiu bem o conselho da sua mãe e não envelheceu.

Estou fazendo esse recorrido, como dizem os nossos irmãos da fronteira, Ver. Valter Nagelstein, porque, durante o fim de semana, a gente vê – imagina-se que só tenha futebol – que há muitos lugares onde as pessoas se reúnem. E isso custa muito pouco dinheiro para o Poder Público para que dê um empurrãozinho; não custa quase nada. E nós cuidamos mais ou menos; dá para cuidar um pouco mais de quem vai ao baile da tarde, de quem joga bocha,

de quem joga futebol; nós estamos cuidando do pessoal dos esquetes e da gurizada que gosta disso. Eu estou propondo – já conversei com o então Secretário João Bosco, e, agora, com o novo Secretário, também – sobre fazer uma pista de *motocross*, porque tem gente para isso e há muitos aficionados em *motocross* e *bicicross*.

Na Grande Porto Alegre, nós temos todos os Municípios fazendo grandes festas, com milhares de pessoas nesses esportes no fim de semana, e Porto Alegre deverá ter também. Não sei como se enquadra um Projeto de Lei para isso, mas estou apresentando um Projeto de Lei para que se possa fazer isso para o bem do esporte: alargar as modalidades de esporte que tem na Cidade e fazer com que as pessoas sintam prazer quando chega o fim de semana, e cheguem, na segunda-feira, como nós chegamos aqui, com boas novidades, com a cabeça arejada, com os pulmões abertos – não é, Ver. Tarciso? –, diminuindo o nível de açúcar para quem o tem elevado, fazendo esportes.

Então, se o Poder Público investir bastante no esporte e na convivência das pessoas, a Cidade cuidará menos das rixas, das brigas, das disputas. Cuidando da convivência das pessoas, nós teremos uma Cidade mais humana, mais calorosa, vivendo mais com o coração e com a alma do que com o dinheiro. Não há necessidade de se gastar muito dinheiro para se viver bem: nós podemos viver muito bem cuidando uns dos outros, mas, principalmente, com o Poder Público dando uma pequena forcinha, cuidando dessas coisas que parecem simples, mas que são muito importantes para essas pessoas. Se nós cuidamos bem de um campo de futebol, se cercamos o campo de futebol, deixando as pessoas jogarem, com regras, vamos ter uma juventude bem interessada, que vai disputar o futebol em nome do seu bairro e vai conviver com outro bairro. Em vez de termos disputas, rixas de gangues, daqui a pouco nós vamos ter essas disputas para ver quem é o melhor esquetista, quem é o melhor da bocha, qual é o baile melhor – e isso é o importante. Vamos fazer cada vez mais com que a Cidade tenha convivência, essa convivência sadia, tranquila; aí sim, nós poderemos dizer: “Eu vivo em uma cidade feliz”. Porto Alegre é muito linda e merece ser feliz, Ver. Tarciso.

O Sr. Tarciso Flecha Negra: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Obrigado, Ver. Cecchim, belas palavras. Eu cheguei aqui, agora, e estava ouvindo-o com atenção. Que maravilha a tua proposta para Porto Alegre! E nós temos bastantes áreas em Porto Alegre, não só aqui no Centro, mas nas periferias também. Que aconteça isso em toda Porto Alegre! Que isso se encaixe em toda Porto Alegre, para que a gente tenha essa Cidade que estás falando, essa Cidade mais humana, com mais amor e com mais saúde. Obrigado.

O SR. IDENIR CECCHIM: Obrigado, Vereador. E assim eu espero também: que a gente cuide de todos os espaços que estejam disponíveis para a boa convivência entre todos nós que gostamos tanto de Porto Alegre. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): O Ver. João Antonio Dib está com a palavra em Grande Expediente.

O SR. JOÃO ANTONIO DIB: Sr. Presidente, Ver. Mauro Zacher; Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, meus senhores e minhas senhoras, há 60 anos e seis dias, um jovem estudante de Engenharia iniciava a trabalhar na Prefeitura. Na folha de pagamento, ele figurava como operário, apesar de fazer Topografia, eis que estava já no terceiro ano da Escola de Engenharia.

O primeiro trabalho feito por este Vereador foi o levantamento da Vila Maria da Conceição, no então Serviço de Habitação Popular. E uma das coisas que me ficou marcada é que eu vi uma casa, uma maloca, como chamavam naquele tempo – hoje chamam de uma maneira mais interessante, de sub-habitação –, eu medi: tinha 1,64m por 1,72m, e morava ali um casal. Vejam bem o que eu disse: 1,64m por 1,72m. A comida era feita do lado de fora, em um puxadinho de zinco.

Mas o primeiro trabalho efetivo feito foi o loteamento da Vila Batista Xavier, onde os servidores municipais, na grande maioria, receberam os terrenos e fizeram, através do Serviço de Habitação Popular, as suas habitações.

E permaneci na Prefeitura, de onde saí como Prefeito, até o dia 31 de dezembro de 1985. Vinte e sete anos depois, agora, no dia 31 de dezembro de 2012, eu devo deixar a Câmara, cumprindo o meu décimo mandato de Vereador. Não vou levar saudades, não vou levar preocupações, mas eu vou levar lembranças de algumas coisas que foram realizadas ao longo de tempo.

Exerci diversas funções na Prefeitura: fui duas vezes Secretário de Transportes, fui duas vezes Diretor-Geral do DMAE, Secretário de Obras, Secretário do Governo, Assessor Engenheiro de dois Prefeitos e, como disse, vou concluir, sem nenhuma tristeza, o meu décimo mandato.

Agora, ao longo do tempo, algumas coisas eu consegui lembrar que foram feitas e que me marcaram.

Ontem mesmo, saiu na coluna “Há 30 anos em ZH”, do jornal Zero Hora: “Amanhã [que seria na data de hoje], o Secretário Especial [assim me chamou o jornal Zero Hora], João Antonio Dib, vai decidir o futuro da Usina do Gasômetro”. Eu quero dizer que a Usina do Gasômetro está aí. Na época, nós fizemos um projeto, através de um artista plástico e quase arquiteto, José Antônio Russo, que é o que está lá, com exceção do restaurante que pensávamos em colocar, nos altos da Usina. E o Prefeito Villela me solicitou, como Secretário do Governo, que eu fosse ao Ministério de Minas e Energia e assegurasse a posse da Usina do Gasômetro para a Prefeitura, uma vez que, naquele tempo, falava-se em demolir a Usina do Gasômetro, como foi demolido o Cadeião. Por falar em Cadeião, eu tive a tristeza – eu digo hoje, naquele tempo não, mas hoje eu sei que é verdade. Eu demoli a Cadeia do Gasômetro, porque o Estado havia começado a demolição através de uma empresa, que tirou telhado, tirou grades, tirou tudo que tinha valor imediato e deixou apenas as paredes. E eu lembro muito bem que as paredes tinham 1,10m de espessura.

Não tinha programado em falar sobre essas coisas, mas eu vou falando à medida que vou lembrando daquilo a que me propus a fazer hoje: falar do meu

tempo de servidor público, do meu tempo de homem público, enfim, que encerra a sua atividade no dia 31 de dezembro de 2012.

Hoje todo mundo fala em PPP – Parceria Público-Privada –, mas lembro que a primeira vez que fiz uma PPP, eu era Assistente Técnico da Secretaria dos Transportes, e foi com a praça dos bombeiros, a Praça Rui Barbosa, que foi transformada em terminal de ônibus com recursos de empresas e com recursos da Prefeitura; e eu fui o responsável pela execução daquela obra. A SMT tinha colocado os ônibus que havia no entorno do Mercado Público, na parte que depois foi demolida, na Rua Fernando Machado, e a população ficou contrariada, reclamou para o Prefeito e me deram a determinação de encontrar uma solução para mudar. Eu propus que fosse a Praça Rui Barbosa, e hoje está lá o terminal de ônibus, com o Camelódromo.

Em 1968, como Diretor do DMAE, na primeira vez, eu fiz uma Parceria Público-Privada, naquela época, de Cr\$ 500 milhões, quando os loteadores entraram com Cr\$ 300 milhões o DMAE com Cr\$ 200 milhões. A água na Cidade ia até a Av. Saturnino de Brito; na Zona Norte não tinha água. No momento em que os loteadores viram que o convênio era executado religiosamente pelo DMAE, lá na Zona Norte também propuseram um convênio, que se realizou, e hoje a Cidade está abastecida plenamente.

Na minha primeira vez como Secretário de Transportes, eu me lembro que, no dia 31 de dezembro de 1963, no meu último dia como Secretário, nós entregamos para a Cidade o primeiro Plano de Transporte Coletivo para Porto Alegre; e eu não tenho conhecimento de que outro tenha sido feito. Já ouvi falar que fariam, mas não conheço. Como Prefeito, lembro que fiz 90 praças; no curto período em que estive na Prefeitura – como diz o Ver. Brasinha, 999 dias, e foi isso mesmo –, eu tive o prazer de, no dia 31 de dezembro de 1983, inaugurar a primeira parte da 3ª Perimetral, que era – e foi iniciado na Administração Villela – o binário Edu Chaves/Souza Reis-Ceará/Pereira Franco. Assim eu poderia falar de coisas que vou lembrando, e não me preocupo em escrevê-las, porque acho que apenas, ao longo de todo o tempo, eu cumpri o meu dever, que era servir. E foi uma escolha ser servidor público municipal; talvez tenha sido um acidente, porque, instalada a Secretaria de

Transportes, fui chamado pelo primeiro Secretário de Transportes para exercer uma função uma vez que a Sociedade de Engenharia reclamava que ele não era engenheiro. Eu lhe disse: “Ainda não sou engenheiro, vou me formar este ano”. Ele disse que, se eu estivesse no cargo Diretoria de Planejamento e Fiscalização da Secretaria de Transportes, não haveria problema. Realmente, exerci essa função; depois foi modificado o organograma, e eu fui assistente técnico de mais de um Secretário.

De qualquer forma, Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, tenho a satisfação de conviver com todos os senhores, tenho a satisfação de conviver com os servidores da Câmara, mas encerro as minhas atividades.

O Sr. Valter Nagelstein: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Ver. João Dib, agradeço por me permitir um aparte. Quero dizer que tenho uma sensação: que a forja, na qual o senhor foi temperado, infelizmente foi posta fora. Não encontramos mais na política porto-alegrense, gaúcha e brasileira homens públicos da sua envergadura, do seu quilate, da sua grandeza, da sua transparência, do seu comprometimento com a coisa pública, da sua visão de política. Então, quero dizer que lamento, e tenho certeza de que este lamento é o lamento da cidade de Porto Alegre, pela sua decisão de não mais concorrer. O senhor para nós é um baluarte, é um norte, é um farol que nos sinaliza qual o caminho; não é à toa que o senhor foi nosso Prefeito de Porto Alegre, não é à toa que o senhor é Vereador há dez mandatos, não é à toa que o senhor é o nosso Líder aqui na Câmara. Então, quero, lamentando, ao mesmo tempo agradecer o exemplo que o senhor nos deixa, o legado, porque, se há hoje um sinônimo, em Porto Alegre, de homem público, de político, tenho certeza de que esse sinônimo é João Antonio Dib. Muito obrigado, Ver. João Dib, pela sua contribuição a Porto Alegre.

O SR. JOÃO ANTONIO DIB: Eu é que agradeço as palavras bondosas de V. Exa., mas farei uma pequena discordância. Ao contrário do que se pensa, na política brasileira existe muita gente boa, competente e dedicada, que sabe que política é a arte de bem servir.

No entanto, como em tudo, o que acontece, o que se destaca sempre é o negativo. É o caso de um homem ser mordido por um cachorro, não é notícia; mas se o cachorro for mordido pelo homem, é uma grande notícia.

Então, na realidade, quero dizer que eu vivi momentos extraordinariamente felizes.

Fui da confiança do Loureiro da Silva, o maior Prefeito que esta Cidade já teve, foi meu amigo; como foi meu amigo e meu professor, Thelmo Thompson Flores; como foi meu amigo e irmão o Guilherme Socias Villela. E o convívio que tive com dezenas de Vereadores, alguns que já não estão aqui, outros que ainda continuam: Elói Guimarães, Luiz Braz; recentemente, o Reginaldo Pujol. O Ver. Elói Guimarães e o Ver. Reginaldo Pujol foram Vereadores comigo, na primeira legislatura.

Mas, de qualquer forma, quero dizer que deixo a vida pública como um homem feliz, como um homem em constante realização. A todos, Saúde e PAZ!
(Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): Encerramos o Grande Expediente.

O Ver. Mauro Pinheiro está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

O SR. MAURO PINHEIRO: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, público das galerias e os que nos assistem pelo Canal 16, quero hoje dizer que, felizmente, Ver. Pedro Ruas – o senhor que é um homem ligado à Justiça –, a 7ª Vara da Fazenda Pública deferiu uma liminar, requerida pela Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público. Felizmente! Porque nós, por várias vezes, Ver. Todeschini, falamos aqui a respeito da PROCEMPA, do número elevado de CCs, que já estavam em número de 60, em 2010.

(Aparte antirregimental do Ver. Carlos Todeschini.)

O SR. MAURO PINHEIRO: Muito bem lembrado, Ver. Todeschini. Em 2004, havia dez CCs na PROCEMPA; hoje, são 60, mais os inúmeros estagiários e os que prestam serviços terceirizados. Agora, felizmente, a pedido da Promotoria de Justiça e Defesa do Patrimônio, a 7ª Vara da Fazenda Pública deferiu uma liminar em que a PROCEMPA não pode mais contratar CCs, e ainda vai ter que responder por essa quantidade de CCs. Mas, quando tinha somente 10 CCs, Ver. Todeschini, a PROCEMPA trabalhava e trabalhava bastante; hoje, com esse elevado número de funcionários, cada vez mais ela deixa de realizar o seu trabalho, só restando saber se é por imposição do Governo ou pela má gestão da PROCEMPA. Posso citar dois casos aqui, pelo menos. Um em que a Secretaria da Fazenda contratou uma empresa do Paraná, por R\$ 5,7 milhões, para desenvolver o Sistema SIAT – Sistema Integrado de Administração Tributária, quando a PROCEMPA, em 2005, estava, através de um Grupo de Trabalho, desenvolvendo esse Sistema. Curiosamente, o Governo Municipal deu o prazo de seis meses para a PROCEMPA terminar esse Sistema; a PROCEMPA disse que em seis meses não poderia terminar e, curiosamente, então, saiu uma licitação. Uma empresa de Caxias ofereceu o serviço por R\$ 2 milhões, e uma empresa do Paraná, por R\$ 5,7 milhões; foi escolhida a empresa que cobrou R\$ 5,7 milhões, por questões técnicas! Deve ser muito boa, porque isso foi em 2005, estamos em 2012, e o Sistema não funciona, até hoje! Não funciona e, pelo jeito, não vai funcionar. Mas parece que a Prefeitura já pediu auxílio para a PROCEMPA fazer funcionar o Sistema, e os R\$ 5,7 milhões já foram pagos, e inclusive a manutenção do Sistema. Esta é a nossa PROCEMPA, que vai contratando e vai colocando pessoas lá, sem necessidade, mas o seu trabalho principal ela não realiza.

Também à Procuradoria, à PGM, Ver. João Antonio Dib, Líder do Governo, fiz um Pedido de Informações, que está lá na minha mesa e ainda não consegui ir a fundo. Mas também contratou lá uma empresa para desenvolver um Sistema, que também não está funcionando; parece que o Procurador vai voltar atrás, e a PROCEMPA vai tentar resolver. Agora, fica a dúvida sobre a posição da PROCEMPA, que faz de tudo: festa, evento, *show*, compra pandeiro e violão.

Na CPI do Instituto Ronaldinho Gaúcho também estamos investigando por que a PROCEMPA comprou de tudo: materiais diversos, já que na sua função-chave que são os sistemas e dar suporte de informática para a Prefeitura, está tendo uma certa dificuldade. E agora teve que ocorrer uma intervenção da Justiça para parar a farra da contratação de CCs pela PROCEMPA. É lamentável, Vereadores, mas este é um fato real.

Aproveito este espaço para parabenizar a Justiça gaúcha, o Ministério Público Estadual, e também o Sindicato dos Trabalhadores de Processamento de Dados do Rio Grande do Sul, que formalizou a denúncia que, felizmente, foi acatada, fazendo com que essa Liminar termine com essas farras.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Ver. Mauro Zacher, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, o Ver. Mauro Pinheiro mostrou aqui um pouco do que nós já estamos vendo, há horas, em relação às distorções na PROCEMPA e via PROCEMPA. Em Porto Alegre, a Educação tem uma relação íntima, Vereadores Pedro Ruas e Fernanda Melchionna, com a PROCEMPA. A PROCEMPA faz, desde a época da Marilu, Ver. Todeschini, os eventos da Secretaria Municipal de Educação, como as conferências que havia no Cais do Porto, via PROCEMPA. Por quê? Porque burla licitação, porque encurta caminhos. A PROCEMPA comprou muitos materiais para o Instituto Ronaldinho. Como pode o Tribunal de Contas achar que isso é legal e regimental, Ver. João Antonio Dib? Uma empresa de processamento de dados vai processar alimentos, auditórios, compra de material de toda ordem... É muito estranho. Deve ter alguma regra para empresa pública que não fuja do seu objeto.

Mas eu recebi, hoje – e estou espantada, eu prefiro que seja um impulso da Secretária de Educação e não falta de republicanismo e de respeito a esta Casa –, um ofício que foi encaminhado a vários Vereadores aqui, em que a

Secretária de Educação afirma que cancelou uma reunião e que agendou com a ATEMPA para receber os monitores de escolas infantis. E cancelou, pasmem, por quê? Porque uma Vereadora se beneficiaria politicamente com isso. (Mostra o ofício.) Escrito, aqui, Ver. Todeschini, um ofício enviado ao conjunto dos Vereadores – o Ver. Paulinho, o Ver. Brasinha, o Ver. Braz, o Ver. Nedel, o Vereador-Presidente Mauro Zacher o recebeu, da Secretária Cleci Jurach. Argumenta o seguinte: “Ficamos sabendo que uma reunião que deveria ser de trabalho se tornaria um ato político”. Ora, Srs. Vereadores, quantas intermediações os Vereadores desta Casa fazem junto aos Secretários Municipais? As monitoras buscaram esta Câmara no ano passado, buscaram a Comissão de Educação por vários anos, e nós encaminhamos para a ATEMPA e para o Simpa o movimento delas. Não deu certo, não andou, com a aprovação de todos os projetos, Ver. Todeschini, que aconteceram, aqui, da Guarda... Elas voltaram para cá e pediram socorro, porque são educadoras de Escola Infantil; já têm faculdade e continuam recebendo por Ensino Fundamental. São 400 educadoras que, sem elas, a Escola Infantil não funcionaria. (Ver.^a Sofia Cavedon faz pausa para tomar água.) Vereador, esta não é uma água do DMAE, porque tem bolinhas; e a água do DMAE, o pessoal da Zona Sul diz que está terrível!

Eu quero dizer o seguinte, senhores: não tem cabimento uma Vereadora fazer um trabalho, receber uma demanda, Ver. Dib, o ano inteiro, quando elas – as educadoras – viram todos os colegas serem aprovadas, como a Guarda... Elas são Padrão 6, Ensino Fundamental, elas têm Ensino Superior. As crianças de zero a seis anos ficam 12 horas na Escola Infantil, quatro com professoras e oito com monitoras, Ver. Tarciso, que viu a mobilização delas lá na frente. Elas não participam da eleição de diretora, mas seguram a Escola Infantil – elas seguram! Elas chegam às 7h, recebem os pais, as mães e as crianças, e entregam as outras às 19h.

Ora! A Secretária tentou desmarcar a reunião às 17h, de sexta-feira, uma reunião marcada há uma semana e meia, porque elas tinham uma grande expectativa: aprovar a sua demanda na ATEMPA, no Simpa, queriam dialogar com a Secretária. Mantiveram a reunião, e esta Vereadora, que acolheu dois

anos essas monitoras aqui, obviamente ia acompanhar. Mas não era ato político, não! Eu estou muito triste! Triste, porque elas foram frustradas na sua luta, por um motivo desses! Por um motivo desses, que não é republicano; que é retaliação política, que é opção política, Ver. Dib, de só beneficiar aos seus Vereadores. Eu não quero benefício! Agora, a nossa luta, se a gente não pode encaminhar ao Governo, para aonde?

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): O Ver. João Antonio Dib está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. JOÃO ANTONIO DIB: Sr. Presidente, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, meus senhores e minhas senhoras, como é importante o ano da eleição! Aí todo mundo vai àquela tribuna – da oposição, especialmente, é claro, não podia ser diferente, também – e começa a fazer uma série de acusações, uma série de meias-verdades.

Por exemplo, o Ver. Mauro Pinheiro, meu bom amigo, disse que a PROCEMPA realizou uma licitação, a Prefeitura realizou uma licitação para um programa de Internet, informática: uma empresa apresentou R\$ 2 milhões e a outra R\$ 5,7 milhões, e venceu a de R\$ 5,7 milhões. E ele disse uma pequena parte da grande verdade, ele não disse na sua amplitude. Ele disse que foi por razões técnicas, e ele sabe muito bem que isso é verdade; inclusive, a Prefeitura de Porto Alegre procurou a Prefeitura de Belo Horizonte para saber como foi feito lá para fazer aqui a mesma coisa. E a empresa que perdeu não tinha as condições necessárias para fazer; pelo menos, não apresentou documentação de que seria capaz de fazer o programa solicitado. Agora, a minha amiga Ver.^a Sofia Cavedon vai ali e critica violentamente a PROCEMPA. Por que ela está criticando a PROCEMPA? Assim como o Ver. Mauro Pinheiro foi falar da liminar concedida, ele não disse bem por que ele quer a liminar, mas, de qualquer forma, ele falou. E agora a Ver.^a Sofia Cavedon diz exatamente isso, falando da PROCEMPA. Por que ela está falando da PROCEMPA? Porque a Prefeitura escondeu alguma coisa e ela descobriu? Não! Ela está falando

aquilo que a Prefeitura lhe informou! Porque a Prefeitura não escondeu nada de ninguém! Porque a Prefeitura fez um contrato e, como tem o direito de usar o serviço que ela tem à disposição, usou a PROCEMPA para facilitar a vida do contribuinte que não tinha recursos para sobrevivência do jovem abandonado nas ruas. Se o Instituto Ronaldinho não agiu bem, não funcionou à altura das necessidades, se não tinha competência para administrar... Mas a Prefeitura teve muita competência, porque fez auditoria de tudo, devolveu o dinheiro para o Ministério da Justiça, obrigou o Instituto Ronaldinho a devolver dinheiro para a Prefeitura. Agora, porque a PROCEMPA comprou – por acaso a PROCEMPA não é um órgão da Prefeitura? É uma empresa pública, sim; foi criada na administração Villela para centralizar o serviço de informática da Prefeitura, mas não foi com outra intenção que servir. E, como era mais rápida a aquisição de alguns equipamentos através da PROCEMPA, isso aconteceu. Também esquece de dizer que, no momento em que foi encerrado o convênio com o Instituto Ronaldinho, a Prefeitura retomou todo o equipamento que está sendo usado em outras áreas de atendimento à população. Então, é muito fácil criticar e até esquecer o passado.

Eu teria como fazer isso, pela memória que tenho, em relação a muitas coisas, mas não me cabe fazer isso aqui agora.

Só quero dizer que a Prefeitura é transparente, e essa transparência não é a Prefeitura que diz que tem: na análise feita nas Prefeituras do Rio Grande do Sul, a Prefeitura com melhor transparência é a de Porto Alegre. Mas vão ali e criticam. Como disse o Ver. Mauro Pinheiro, falou que foi por outras razões de ordem técnica. Ora, o emérito Vereador poderia esclarecer melhor isso, realmente a Prefeitura tinha razão. Saúde e PAZ!

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Carlos Todeschini assume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Todeschini): O Ver. Paulinho Rubem Berta está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. PAULINHO RUBEM BERTA: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, todos que nos assistem; venho a esta tribuna, hoje, para tentar responder, educada e respeitosamente, a alguns Vereadores, nobres Pares desta Casa. Primeiro, quero responder às colocações do nobre Ver. Adeli Sell, que, no meu entendimento e no entendimento de vários, está equivocado nas suas colocações, pois está mal informado.

O que acontece é o seguinte: o Ver. Adeli Sell resolveu ser porta-voz de poucos navegadores que estão incomodados com as obras do Pisa e reclamam da má sinalização dos bancos de areia, porque poderiam causar acidentes. Isso é um verdadeiro sofisma, porque não faz sentido querer discutir a sinalização para evitar acidentes, quando a Marinha proibiu a navegação naquela área enquanto estiverem ocorrendo as obras do Pisa! Essa proibição é de conhecimento de todos, e ainda mais, periodicamente são publicados avisos aos navegantes editados sob forma de panfletos que são disponibilizados em todos clubes náuticos, com o propósito principal de fornecer, aos navegantes e usuários em geral, informações destinadas à atualização de cartas náuticas. Sua consulta é obrigatória por parte dos navegadores, e não se trata de um papelzinho, como insinuou o Ver. Adeli. Nos avisos aos navegantes, está manifestada a proibição dentro de um prazo negociado com o DMAE, condizente com a licença ambiental, onde há o compromisso de até lá serem restabelecidas as condições de navegabilidade dessas áreas.

Mas, no fundo, o que incomoda é que as obras do Pisa estão próximas de serem concluídas, pois a Administração Popular foi incompetente em administrar a Prefeitura e a deixou numa péssima situação financeira, com sucessivos déficits. Como não pôde construir novos empreendimentos, acabou não conseguindo fazer essa obra que agora não quer deixar terminar, inventando crises inexistentes para ver se consegue alguém para interdita-la ou deixá-la inconclusa.

Então, essas são as informações que há sobre o Pisa na cidade de Porto Alegre. Aquela área e os bancos de areia estão proibidos pela Marinha para qualquer tipo de navegação. Então, errado está quem tenta navegar onde está proibido para que as obras do Pisa continuem.

Sobre a fala do nobre e muito competente Ver. Valter Nagelstein, nosso ex-Secretário da SMIC, quero dizer o seguinte: o senhor referiu-se ao problema da água devido à presença de algas no lago Guaíba e afirmou que a solução está na nova captação de água no Jacuí. Ledo engano, pois esse projeto elaborado pelo DMAE é para uma nova captação de estações de tratamento dos bairros Moinhos de Vento e São João, que não estão afetados pela presença de algas. A captação hoje é feita no cais Navegantes, justamente onde os navios atracam e são descarregados, despejando, muitas vezes, fertilizantes e outros produtos químicos diretamente na boca do cano de captação. Um pouco acima está o ponto de lançamento das águas trazidas pelo Conduto Forçado Álvaro Chaves, que está muito contaminado pelo contato com o solo. E, por último, mas não menos importante, a captação está situada logo abaixo da foz do rio Gravataí e do rio dos Sinos, cujo estado de poluição nem é preciso descrever. Sem falar na necessidade de um plano de contingência para o Município caso ocorra um acidente de grande proporção decorrente do vazamento de produtos químicos de uma embarcação acidentada.

Além do mais, é importante ressaltar que uma boa gestão não se faz com ganância, mas, como fez crer o Vereador ao dizer que essa obra deveria ser feita porque o DMAE “tem dinheiro em caixa e não é um banco para guardar dinheiro”, uma boa gestão se faz com bons projetos e com suficiência de recursos, que, graças a Deus são coisas que atualmente não faltam ao DMAE. Só para seu conhecimento, o DMAE... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Todeschini): O Ver. DJ Cassiá está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. DJ CASSIÁ: Sr. Presidente, Ver. Carlos Todeschini; Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras; Ver. Dr. Goulart, às vezes, fico me perguntando: quando se é Governo, toca tudo aquilo para baixo do tapete, muitas vezes; quando se deixa de ser Governo, tira-se tudo aquilo que tocou quando era Governo para

juntar com o que tem o atual Governo. Ver.^a Sofia Cavedon, eu tenho um respeito muito grande pela senhora e uma admiração pelo seu trabalho; agora, o que eu estranho aqui, e eu estou há quase quatro anos nesta Casa – eu gostaria que a senhora me desse atenção, Ver.^a Sofia, eu lhe escutei com toda a atenção –, é que em nenhum momento eu a vi subir a esta tribuna e dar uma prestação de contas de quando foi Secretária da Educação. Nenhuma vez eu a vi subir aqui e falar sobre isso! Nenhuma vez se comparou, quando foi Secretária de Governo, com a atual Secretária da Educação, a Cleci, que hoje faz uma revolução em Educação Infantil, Vereadora, a senhora sabe disso!

O que mais me estranha ainda, Ver.^a Sofia, a senhora, como uma defensora da Educação, também em nenhum momento subiu a esta tribuna e contestar alguém a entrar na Justiça contra o trabalhador, contestar aquele Governo “que é do trabalhador”, o Governo que se diz do trabalhador! Como aconteceu, há poucos dias, com o Ver. Tarso, que negociou com o Ministério Público para não pagar os professores, para não cumprir a lei.

Aí eu fico me perguntando, Ver.^a Sofia – a senhora está de costas para mim, e eu fiquei aqui a ouvindo. Até a entendo, porque eu sei que é difícil ter que ouvir a verdade, entendeu, Ver.^a Sofia? Ouvir a verdade! Agora, eu não consigo entender, Ver. João Antonio Dib, é um Governo que se diz do trabalho, que se diz trabalhador, ser contra o trabalhador. Eu não ouvi também, em nenhum momento, a Ver.^a Sofia, que questiona tanto a Secretaria de Educação do Município, que paga e cumpre a lei – o Município cumpre a lei, por 20 horas, exatamente Ver. João Antonio Dib –, eu não consigo entender como a Ver.^a Sofia em nenhum momento subiu a esta tribuna e também falou sobre a questão do não cumprimento da Lei que hoje o Governo do Estado não está cumprindo. Como dizem as matérias, infelizmente. Quem está fora da lei, em termos de Educação, não é o Governo do Município, e temos que aqui esclarecer bem a sociedade, Ver.^a Sofia: quem está fora da lei é o Governo do Estado. Este está fora da lei. Inclusive entrou na Justiça contra os trabalhadores em Educação. Eu gostaria de ver a senhora, em algum momento que fosse, subir aqui e falar sobre isso, mas eu nunca ouvi a senhora falar nisso. Eu gostaria também, Ver.^a Sofia, que a senhora trouxesse para esta

tribuna, um dia, sobre os 16 anos de Governo da senhora, o que foi feito em Educação durante esses 16 anos – eu lhe faço esse desafio –, e eu vou lhe trazer o que foi feito em 8 anos por este Governo que está aí hoje. Eu admiro o seu trabalho, sou admirador do seu mandato, mas a senhora infelizmente está devendo, nesta tribuna as informações corretas. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Todeschini): O Ver. Elias Vidal está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. ELIAS VIDAL: Sr. Presidente, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, venho a esta tribuna, em primeiro lugar, para dar os parabéns pela corrida promovida pelo Instituto...

(Aparte antirregimental.)

O SR. ELIAS VIDAL:... não, Instituto Ronaldinho Gaúcho, não. Promovida pelo Instituto da Criança com Diabetes. Eu tive a honra de participar da corrida juntamente com o Ver. Valter Nagelstein. Está aqui a medalha, para não dizer que...

(Aparte antirregimental.)

O SR. ELIAS VIDAL: De participação, e daí? O importante é participar. Correr é para os profissionais; eu e o Ver. Nagelstein corremos, a nossa parcela foi dada, corremos 4 quilômetros. Agora, se tu achaste muito, esta aqui (Mostra medalha.) é da São Silvestre, foram 15 quilômetros, e hoje me inscrevi na Corrida de Porto Alegre, que vai acontecer nos próximos dias.

O que quero chamar atenção ao falar sobre a diabetes é que, na realidade, 10 mil pessoas, mais ou menos, se encontraram ali no Parcão, e, entre as 10 mil pessoas, o Ver. Valter Nagelstein e este Vereador estivemos presentes ali – foi uma grande festa, não é, Vereador? –, dando o nosso apoio, porque são mais

ou menos 3.500 mortes por ano no Rio Grande do Sul, e Porto Alegre é a 3ª Capital do País com o maior número de óbitos, maior número de mortes causado por essa doença, que é uma doença metabólica. A glicose é fonte de energia para todos nós, mas, quando a glicose ultrapassa os parâmetros normais, vira um problema muito sério, surge o derrame cerebral, problemas na visão, amputação dos membros inferiores, uma série de doenças que são causadas pela diabetes.

No Parcão foi uma grande festa. Este Vereador participou com apenas 4 quilômetros. Eram 10 mil pessoas correndo, e este Vereador, que não é um profissional, chegou em 635º lugar, esse foi o meu número de chegada. Para 10 mil pessoas, está bom, não é, Ver. Pedro Ruas? O importante é participar. Então, estávamos nós ali dando a nossa contribuição, compramos a camiseta, foram milhares e milhares de camisetas do Inter e do Grêmio, uma grande festa. Eu acredito que Porto Alegre deve se engajar nessa luta, porque nós estamos trabalhando pela nossa sociedade, pela nossa comunidade, pelo nosso povo. Como Porto Alegre é a terceira maior Cidade do País em incidência desta doença – nós temos 2.500 crianças doentes –, esse dinheiro é para comprar os insumos para o tratamento dessas crianças. Quando nós não temos um problema desses em casa, não estamos nem aí; isso é da vida. Se você não tem um problema cardíaco, você não está dando muita bola. Se você não tem um problema em qualquer outra parte do seu organismo, talvez não lhe chame a atenção. Mas, quando você tem um filho, uma criança, um parente, um sobrinho, um neto, aí lhe chama a atenção. O povo de Porto Alegre tem sensibilidade para esse tipo de campanha, haja vista que nós tínhamos ali, no domingo, em torno de dez mil pessoas.

Eu fico muito feliz de ter participado dessa corrida, foi a primeira corrida em Porto Alegre depois de 37 anos parado, porque a minha primeira, o meu retorno foi em São Paulo, na São Silvestre. E não corri mais, corri essa corrida pequena, curta... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Todeschini): O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. PEDRO RUAS: Sr. Presidente, Ver. Carlos Todeschini; Vereadoras, Vereadores, público que nos assiste, que nos dá a honra da presença, Direção da ABAMF, capitaneada pelo Leonel Lucas, sejam bem-vindos. O jornal Zero Hora de domingo trouxe uma matéria do jornalista Paulo Germano, Ver.^a Fernanda Melchionna, comentávamos há pouco este tema da maior relevância. Um trabalho jornalístico que é, do meu ponto de vista, neste momento, um verdadeiro paradigma nacional porque faz um trabalho minucioso de resgate histórico de uma casa, Ver.^a Sofia Cavedon, que nós identificamos no Comitê Gaúcho da Memória, da Verdade e da Justiça, o Comitê Carlos de Ré. E este trabalho jornalístico da Zero Hora dominical, do Paulo Germano, consegue o depoimento de alguém que esteve preso no local – irregularmente, óbvio –, essa prisão irregular, e traz ainda a história da casa que se tornou um símbolo de terrorismo, de tortura e de morte; lamentavelmente, é um prédio da nossa Capital, Ver.^a Fernanda Melchionna. Nós estivemos junto com outras companheiras, outros companheiros, com o Presidente desta Sessão, o Ver. Todeschini, e por lá fizemos aquilo que se tornou a primeira identificação pública de um local de violação intensa de direitos humanos no Brasil durante o período da ditadura militar. Ali foi morto e torturado o Sargento Manoel Raimundo Soares, depois achado boiando com as mãos amarradas no rio Jacuí, o que hoje faz parte de um conjunto de descobertas que vem a público pelo trabalho de inúmeros grupos, formações de abnegados, de militantes, homens e mulheres, jovens, mais idosos que têm compromisso com a verdade, com a verdadeira história do Brasil. Eu soube, Ver. Mauro Zacher, que amanhã o próprio Prefeito Fortunati – que recebe aqui o nosso elogio nesse sentido, Ver. João Dib – assina um convênio de identificação de alguns locais. Eu soube agora disso. Acho muito importante que isso aconteça, muito relevante, porque Porto Alegre está dando também um exemplo para o nosso País nesse sentido. A partir deste momento, como houve aqui, Ver. Tarciso e Ver. DJ Cassiá, a primeira identificação pública, é natural que Porto Alegre talvez

termine por sediar o primeiro museu sobre violação de direitos humanos na ditadura militar do Brasil. Hoje isso é uma possibilidade concreta. E nós temos, portanto, eu não vou dizer alegria, porque é um período muito doloroso da história do nosso País, mas eu posso dizer que nós temos a consciência do dever cumprido, fazendo cada um de nós a nossa parte, mostrando que nós não nos acomodamos em situações institucionais dúbias, mascaradas, confortáveis, mas que deixam a descoberto uma mentira que enganou gerações de brasileiros. Se depender de nós, não vai enganar mais ninguém! Por isso, o nosso registro em relação a essa matéria, em relação ao possível convênio de amanhã, em relação aos movimentos que atuaram com o Comitê Carlos de Ré, o Levante, Ver.^a Fernanda Melchionna, e o nosso compromisso de continuar nesse trabalho.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Mauro Zacher reassume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): O Ver. Dr. Thiago Duarte está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. DR. THIAGO DUARTE: Ilustre Presidente, ilustres colegas Vereadores, Ver. João Bosco Vaz, Ver. Mauro Zacher, Ver. Márcio Bins Ely, da Bancada; é com muita alegria que a gente sobe a esta tribuna para falar do Dia da Solidariedade, que ocorreu no sábado, na Restinga, em Belém Novo e em outros locais. Nós, especificamente, participamos em Belém Novo e na Restinga, em que se pôde mostrar a pujança e a participação da cidadania, claro que sempre com a presença do setor público e das entidades privadas. Em Belém Novo, tivemos diversas atividades desenvolvidas, atividades de promoção e proteção à saúde, as nossas unidades participaram ativamente dessa ação, tivemos também a participação da Secretaria Especial dos Direitos Animais, e, sem dúvida nenhuma, foi um momento de pujança da cidadania. Na mesma semana, na sexta-feira, tivemos a oportunidade de participar do Projeto da Cidadania, um projeto do CIEE, do qual já participamos diversas

vezes, falando sobre planejamento familiar e combate à drogadição. Pudemos lá, na outorga dos diplomas àqueles estudantes, ter contato com um banho de cidadania que acabaram tendo com essas iniciativas. Sem dúvida nenhuma, é um marco e uma situação que deve ser incentivada para as outras instituições que têm, efetivamente, responsabilidade social.

Quero também chamar atenção para a questão de um dos projetos que está na nossa Assembleia Legislativa – tivemos oportunidade, agora, de tentar costurar alguma coisa junto àquele Legislativo estadual – que se refere à questão do IGP, Instituto Geral de Perícias. Para que nosso público ouvinte saiba, o Instituto Geral de Perícias, na gênese da Constituição Estadual, foi forjado para ser um setor à parte de toda a área de Segurança pública exatamente para poder ter a isenção necessária para que, efetivamente, o perito criminal, o médico-legista, o papiloscopista não sejam subordinados à autoridade policial no inquérito policial, ou à autoridade judiciária. Para que eles possam ter, efetivamente, a isenção suficiente para fazer os seus laudos sem sofrer influências que, nem sempre, são positivas. Então, nós fomos procurados pelo Sindiperícias e tivemos a oportunidade de tentar fazer essa ligação com um grande objetivo: o de preservar essa independência. O pleito, Ver. Adeli Sell, do Sindiperícias, que vamos passar para as outras Bancadas, principalmente para a Bancada do PT, é que os profissionais nos cargos de diretor-geral, de corregedor e os chefes de departamento continuem sendo como são agora e como foi apregoado na Constituição Estadual: cargos efetivos do Instituto Geral de Perícias para resguardar a independência desses órgãos. Então, é esse o objetivo da nossa tentativa de ser um elo nesse processo; que, efetivamente, possamos construir isso, para que o IGP continue sendo cada vez mais um órgão independente, com toda a isenção, Ver. Valter Nagelstein, que é necessária para quem faz perícia criminal. A perícia criminal é fundamental na questão probatória. A perícia criminal e a perícia médico-legal são fundamentais para que o inquérito policial e a autoridade judiciária do Ministério Público possam ter uma clareza com relação às provas e para que possamos ser cada vez mais justos.

Então, para isso, nós precisamos de um IGP e que o IGP continue independente, como ocorre desde a Constituição Estadual de 1989. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): O Ver. Nelcir Tessaro está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. NELCIR TESSARO: Sr. Presidente, Ver. Mauro Zacher; Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores; público que nos assiste, venho a esta tribuna usando o Tempo de Liderança do meu Partido, o PSD, agradecendo ao Ver. Tarciso pela cedência do seu espaço, para, primeiramente, cumprimentar as mulheres, inclusive a nossa Ver.^a Maria Celeste, a nossa Ministra Maria do Rosário e a Fafá de Belém, pelo belo trabalho que fizeram lá no Estádio Beira-Rio, divulgando ações e trabalhando contra a exploração sexual. Acho que esse trabalho tem que ser conscientizado cada vez mais por todos – todos, Ver. Tarciso.

A CEDECONDH estava lá presente para fazer com que as pessoas possam perceber que isso pode estar ocorrendo ao lado da nossa casa ou na nossa própria casa, enfim, dentro do seio da nossa sociedade. Cada vez mais nós temos que trabalhar para impedir que ocorram essas violências, para evitar que essas crianças que sofrem fiquem marcadas para a vida toda por esses fatos lamentáveis que ainda, Ver.^a Fernanda, acontecem no nosso País, e muitas vezes ficam impunes. Mais ainda: muitas vezes há a participação da própria família. É lamentável, mas tenho certeza de que, com o Disque 100, que faz com que a comunidade e toda a população possa se manifestar e denunciar, nós poderemos fazer, sim, um belo trabalho para buscar punir quem ainda usa essa prática, principalmente nos meios de comunicação, como a Internet, onde ela é hoje muito difundida e onde, sabemos, diversos *sites* estão à disposição dessas pessoas.

Quero voltar a falar – embora, Ver. Toni Proença, tenhamos reuniões ainda hoje e amanhã à noite, quando se encerra o Orçamento Participativo – que

estive presente, alguns dos nossos Vereadores também, sábado à tarde, na reunião do OP do Humaitá-Navegantes. Estava lotada; começou às 16h; antes, eu estava lá. Quem estava lá percebeu e viu o ocorrido no “pré-OP”, antes da chegada do Sr. Prefeito Municipal. Tenho certeza de que o Prefeito Municipal não tem conhecimento do que está ocorrendo, Ver. Adeli, porque tudo ocorreu antes da chegada dele, Ver. Paulinho. Fizeram uma administração, lotou, e, lá no lado direito do palco, num local de difícil acesso, era para as pessoas se inscreverem para se manifestarem. Quando as lideranças da comunidade – lideranças que conhecemos, como a líder da Vila Liberdade, da luta dos moradores do Loteamento Barcelona – quiseram se inscrever, não havia mais espaço, a fila já estava completa. Adivinhem: completa por quem? Por assessores de Vereadores, por assessores a candidatos a Vereador, gente!

O pior foi o seguinte: foi, Ver. DJ, para a tribuna uma senhora da comunidade, pegou o microfone e denunciou, no meio de uma plateia – o Ver. Mauro Zacher, não estava lá naquele momento ainda –, aquela prática que estava ocorrendo, de que a comunidade estava sem o direito de se manifestar. Denunciou em público! Qual foi a reação da administração do OP? Imaginei: vão solucionar o problema. Não, foi tirar o microfone da pessoa que estava denunciando. Calaram a pessoa que estava denunciando – ela é líder do movimento dos moradores do Barcelona, que estão aguardando a construção de 280 apartamentos, e já há o local –, que, justamente, queria se inscrever para pedir uma posição sobre a obra. A Conselheira do OP pediu o microfone e pediu que lá não fosse palanque político, que as pessoas que estavam na fila e que não fossem da comunidade não se manifestassem. Nada disso conseguiram fazer; lamentavelmente, os líderes comunitários não puderam se manifestar, porque eram só dez inscrições.

E as lideranças, ontem, fizeram uma bela homenagem para nossa inesquecível Élide... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): O Ver. Aírto Ferronato está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. AIRTO FERRONATO: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, hoje quero conversar um pouco sobre uma questão que se refere à Copa do Mundo de 2014. E acredito que é importante a chegada de tantos jovens aqui no nosso plenário. (Referindo-se à chegada ao plenário dos alunos do Projeto Educação Política, do Memorial da Casa.)

Quero conversar sobre os cursos oferecidos aos nossos jovens de Porto Alegre – ou nem tão jovens assim –, que são parcerias do Município, do Estado, mas, essencialmente verbas federais, para treinamentos.

Nós lemos, por diversas vezes, ouvimos diversos comentários e conversas sobre a questão, por exemplo, do Pronatec, sobre a quantidade de vagas que são oferecidas, principalmente aos jovens, para treinamentos para a Copa do Mundo.

Sei que já tivemos uma leva de ofertas de vagas, e essas vagas já estão – segundo informações que tenho, Ver. Canal – completas.

Fizemos uma reunião aqui na Câmara, na Comissão da Copa, e houve uma chiadeira generalizada; aliás, o movimento começou por mim. oram muito mal divulgados os cursos para a Copa aqui em Porto Alegre, oferecidos pela Prefeitura, e, também os oferecidos pela iniciativa privada, como o Senac, etc. Não se ouviu nenhuma manifestação nos meios de comunicação – se houve, foram muito poucas – para ofertar vagas de treinamento para a Copa, Vereadores. O que nós estamos dizendo? Na próxima leva de vagas para treinamento nós não podemos ficar com inscrições em apenas um ou dois locais, talvez até de difícil acesso.

O que nós na Comissão propusemos à época? Que, para esses cursos todos, para essas vagas todas, fosse reservada uma sala, por menor que fosse, ali no Mercado Público, para que todo cidadão que more em qualquer lugar da Cidade possa ir até lá, Ver. Tarciso – V. Exa. estava junto –, ao menos para se informar sobre que curso tem.

Na verdade, sei do esforço feito pela FASC, comandada pelo Ver. Kevin Krieger, à época Secretário. Agora, eu acredito que, a partir de agora, nós temos que ter um momento, um espaço, um local de fácil chegada. E mais: a

Prefeitura precisa gastar dinheiro em divulgação desses treinamentos, para que principalmente as pessoas mais carentes, o jovem mais carente tenha condição de se habilitar, de se inscrever nesses cursos, porque, a meu sentir, pessoas esclarecidas ou não, poucas tomaram conhecimento completo da existência dessas vagas, que vão auxiliar bastante, principalmente o jovem, e principalmente jovens da periferia de Porto Alegre. Por isso, estamos aqui fazendo um alerta para que a Prefeitura divulgue com insistência, com intensidade; se precisar recurso para publicidade, que mande para a Câmara, que eu serei um dos primeiros capitães para tentar aprovar um Projeto nesse sentido, para que todo cidadão de Porto Alegre, da periferia ou não, saiba, tome conhecimento da existência desses treinamentos. Obrigado, um abraço.
(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): Quero saudar a presença dos 57 alunos da 8ª série do Ensino Fundamental do Colégio de Aplicação da UFRGS. Estão acompanhados pelos Professores: Karen Elisabete Rosa Nodari, Débora Karpowicz, Michel Zózimo, Rosane Nunes Garcia e Edson Antoni. É um Projeto da Câmara chamado Sessão Plenária do Estudante. Essa atividade faz parte do Projeto Educação Política que o Memorial desta Casa desenvolve com as escolas da cidade de Porto Alegre. Sejam muito bem-vindos.

(15h43min) Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA

O SR. TONI PROENÇA (Requerimento): Sr. Presidente, eu ria propor a V. Exa. e ao Plenário que antecipássemos a votação do Requerimento do Ver. Waldir Canal, uma Moção de Apoio à Associação Beneficente Antônio Mendes Filho, dos Servidores da Brigada Militar, pois a Diretoria e os servidores estão aqui há bastante tempo.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): Em votação o Requerimento, de autoria do Ver. Toni Proença, solicitando que seja antecipada a votação do Requerimento nº 047/12, de autoria do Ver. Waldir Canal. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

APROVADO.

Em votação o Requerimento nº 047/12. (Pausa.)

O Ver. Waldir Canal está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 047/12.

O SR. WALDIR CANAL: Sr. Presidente; Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, eu venho a esta tribuna para encaminhar a presente Moção. Quero registrar que é uma solicitação, um pedido da ABAMF que veio a este Vereador, e tenho a certeza de que a sensibilidade dos demais Pares desta Casa estará aprovando esta Moção, que ora nós estaremos votando.

Eu quero agradecer e citar a presença do Presidente da ABAMF, Presidente da Associação Beneficente Antônio Mendes Filho, o Sargento Leonel Lucas, que está aqui conosco; o Secretário Geral, Ricardo Agra; o Diretor de Patrimônio, Giovani Formoso; o Diretor Social, José Clésio da Silva; e o Diretor de Esportes, Elias Bastos, que estão aqui acompanhando a presente votação.

Esta Moção já foi apresentada em 18 Municípios, que fizeram a Moção de Apoio à ABAMF, sendo que Porto Alegre é o primeiro Município da Região Metropolitana a fazer esse reconhecimento.

Eu gostaria de ler os motivos, a justificativa desta Moção, para que os demais colegas e os que nos assistem em casa, possam se situar. (Lê): “A ABAMF – Associação Beneficente Antônio Mendes Filho – dos Servidores de Nível Médio da Brigada Militar – negocia com o Governo, desde o início de 2011, um reajuste salarial que coloque os brigadianos numa situação melhor no *ranking* dos salários das polícias militares estaduais brasileiras. Em março de 2012, o Governo estadual ofereceu a verticalidade nos vencimentos dos integrantes de nível médio da Brigada Militar. Os índices apresentados, no entanto, não atendem

à demanda da categoria. A proposta do Executivo Estadual contempla, em 2014, os soldados com 23% do vencimento de coronel. No mesmo ano, graduados passam a perceber 28%, 31% e 33% para 3º, 2º e 1º sargento, respectivamente. Os tenentes receberão 43%. A proposição mantém os militares estaduais gaúchos como os mais mal remunerados do País, mesmo em 2014. Por isso, a ABAMF fez uma contraproposta ao Governo do Rio Grande do Sul para que os soldados recebam, em 2014, os seguintes índices – sempre a partir do salário de coronel: soldado 30%; cabo 35%; 3º sargento 40%; 2º sargento 45%; 1º sargento 50%, e tenente 55%. Essa medida também diminuirá o abismo salarial existente na categoria. O Governo estadual afirma que mandará o Projeto de Lei para a Assembleia Legislativa, mesmo sem a concordância da categoria. A ABAMF deseja manter a negociação até que sejam alcançados números aceitáveis pelos trabalhadores fardados. Em outros Estados do Brasil, os salários estão ficando cada vez mais distantes, em relação ao Rio Grande do Sul. No Paraná, por exemplo, o salário inicial de um soldado, a partir de maio de 2012, é de R\$ 3,2 mil. No Acre, que tem o segundo menor PIB do Brasil, os policiais e bombeiros militares têm remuneração de R\$ 2,3 mil. No Mato Grosso do Sul, o vencimento inicial de um soldado, hoje, é de R\$ 2,2 mil. No Rio Grande do Sul, somente no final de 2014, o salário inicial de um soldado brigadiano será de R\$ 2,2 mil. Atualmente, o salário inicial de um soldado na Brigada Militar é de R\$ 1,5 mil. Isto graças às negociações que a ABAMF manteve com o Governo em 2011, o que resultou num reajuste emergencial pago em duas parcelas, a última paga em abril de 2012. A representação está colocando *outdoors* nas estradas gaúchas, alertando a população para a situação salarial da categoria e mobilizando as 16 regionais do interior do Estado para que mantenha contato com os Vereadores locais. O objetivo é colocar os Deputados Estaduais cientes da situação. E, caso o Governo do Rio Grande do Sul insista em votar o projeto na Assembleia Legislativa, fazer com que os Deputados modifiquem os índices, atendendo à reivindicação dos brigadianos.

Diante do acima exposto, venho à presença de meus nobres Pares, pugnando pela aprovação do presente Requerimento, com o fito de nos solidarizarmos

com a ABAMF em sua luta por melhorias das condições remuneratórias dos Servidores de Nível Médio da Brigada Militar”.

Srs. Vereadores, fiz questão de ler esta justificativa que aqui retrata bem seu objetivo e a necessidade desta Moção. Peço aos Vereadores, tenho certeza de que a maioria... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): O Ver. Adeli Sell está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 047/12.

O SR. ADELI SELL: Meu caro Presidente Zacher; colegas Vereadores e Vereadoras, aqui, em nome da Bancada do Partido dos Trabalhadores, quero dizer que não poderíamos ter outra postura a não ser apoiar, porque sempre apoiamos a luta dos trabalhadores de farda nos Governos anteriores. Eu lastimo que a gente não tenha talvez conseguido, nas duas Gestões anteriores, pelo menos mobilizar toda a Câmara para, como nós faremos hoje aqui, por unanimidade, aprovar esta Moção. Também quero salientar aqui, pelo que estou acompanhando da postura do Secretário Pestana e da Secretária Adjunta da Casa Civil, Mari Perusso, que os senhores da Polícia Militar, assim como da Civil, têm sido sempre atendidos, tem havido discussão, e esperamos que isso continue até que se consiga chegar a um denominador comum.

Evidentemente, nós sabemos que as condições econômicas do Estado do Rio Grande do Sul são gravíssimas. Quero dizer para os senhores, especialmente para o nosso Presidente, que o próprio sindicato médico veio demandar, na semana passada, o índice de 12% da Saúde, coisa que os senhores sabem que não passou, nunca, de 6% no Estado. É porque também nós temos que fazer uma renegociação do pacto federativo.

Hoje, todas as questões de segurança recaem sobre o Governo do Estado, com raras exceções. Apenas o atual Governador, quando Ministro, colocou em ação o Pronasci, inclusive as bolsas de formação que muitos dos senhores – que hoje estão na Brigada e na Civil – receberam. É importante salientar, portanto, o compromisso do Governador Tarso Genro com a questão da

Segurança pública de um modo geral. Falta segurança, falta saúde, temos grandes lacunas, indiscutivelmente. Agora o Rio Grande do Sul vai precisar enfrentar a questão da sonegação. Quero dizer para vocês, meus camaradas de farda, que o Governo do Estado pretende fazer uma grande campanha contra a sonegação. Nós temos que ter o funcionalismo público, em primeiro lugar, ao lado do Governo para essa campanha. Eu sou daqueles que pede nota de qualquer coisa, do cafezinho à compra no supermercado. Se não houvesse a sonegação – para cada real arrecadado outro real sonegado –, indiscutivelmente, o Governo poderia atender esta e outras reivindicações. Portanto, nós temos que ter a sociedade civil, nós temos que ter os sindicatos, nós temos que ter associações de classe junto conosco para trabalhar essa questão.

É só olhar os índices de aumento que já foram dados para os servidores em geral do Estado e de várias categorias profissionais, para ver o significativo avanço de negociação feito pela Casa Civil no último período. Não é o ideal. Estamos longe ainda do ideal, mas nós queremos chegar o mais próximo possível desse ideal, não só para a questão da Brigada Militar, meu caro DJ Cassiá. Eu que sou professor sei que nós vamos pagar o piso, porque é lei; nós temos que fazer as adequações necessárias, mas o nosso Governo tem esse compromisso, como tem um compromisso com a Segurança pública, com o bem-estar dos servidores. Portanto, aqui haverá um processo de irmanamento, meu caro Ver. Canal, que propõe esta Moção, e, juntos, nós faremos a devida pressão. Mas quero dizer que nas gestões anteriores houve profundas lacunas, e nós não podemos deixar de levantar este problema. Não queremos transformar, meu caro Cecchim, uma Moção de Solidariedade em um debate político, ideológico ou partidário, como, muitas vezes, aqui na Câmara, tem-se dado no último período. Juntos, nós teremos, sem dúvida nenhuma, condições de tirar o Rio Grande do Sul da atual situação de dificuldades. Portanto, votamos favoravelmente.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 047/12.

O SR. IDENIR CECCHIM: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, neste ano, Lucas, nós estamos recebendo aqui, na Câmara de Vereadores, muitas entidades, associações, sindicatos, recebendo moções de apoio nas suas reivindicações. Eu até não queria contrapor o Ver. Adeli Sell, porque é um homem educado, é o Presidente do Partido dos Trabalhadores, e, se ele fosse Secretário de Segurança, trataria melhor dessa situação. O que está acontecendo com o Governador Tarso Genro é que ele achou que o Rio Grande da campanha seria um, e o Rio Grande, depois, seria outro; ele esqueceu que as pessoas são as mesmas! As pessoas que o escutaram dizer que iria dar bolsa-copa para os soldados, “bolsa isso” para a Brigada Militar; que iria dar treinamento remunerado, que a Brigada merecia ser reconhecida – este é o Tarso Genro da campanha, o Ministro. Ele fazia muitas encenações com o chapéu do Ministério, mas depois virou Governador, e esqueceu que as pessoas que ouviram a propaganda são as mesmas que estão aqui sendo governadas por ele. Então, é muito complicado isso. E esse negócio de pagar em 2014, 2016, 2017, até 2018, isso é uma brincadeira! Não pode! Como vai se comprometer? O Ver. Adeli Sell, que é um homem de bom-senso, disse aqui que as finanças estão complicadas, mas o Governador não diz isso. Ele vai para o Interior para se exhibir, e diz que tem R\$ 4 bilhões em caixa para gastar, se bem que até agora ele só fez um empréstimo. Eu acho que ele está pagando juros sem usar direito o dinheiro. Até isso ele está fazendo: usando o dinheiro que pediu emprestado para nada. Não se vê nada! Deixa os funcionários insatisfeitos, as obras não estão acontecendo, as estradas não estão sendo feitas, as cadeias estão caindo – e aí, Governador Tarso Genro! Nós ficamos quase todas as semanas fazendo moção de apoio para as entidades, para mandar para o Governador Tarso Genro, que parece estar surdo. Ele não está surdo. Ele ouve bem, tanto que ele ouve em inglês, em espanhol, estava lá na Espanha, na Inglaterra. Ele está visitando os seus amigos intelectuais, dizendo que está vendendo o Rio Grande. Na reunião de

investidores, lá, havia 19 pessoas na sala, 15 eram daqui! Quinze brasileiros e quatro de lá! Eu falei com o cara que estava lá, do jornal Zero Hora, e com outras pessoas que deram o número. Disseram que havia 19 pessoas na sala, somando todos, só que 15 eram daqui! Aí, não vale, Ver. Valter Nagelstein. Imagine, se V. Exa. fosse fazer uma palestra em Londres, como Secretário da SMIC, eu tenho certeza que teria muito mais gente, porque V. Exa. é mais organizado que os assessores do Governador Tarso Genro. Essa assessoria internacional do Governador – eu escutei isso hoje no Programa Polêmica – chega às raias do ridículo pelo que disse esse rapaz. Eu nem sei o nome dele, nem vale a pena guardar isso. O Governador está mal-assessorado. Quando foram lá receber a notícia da Hyundai, a manchete era de que seriam R\$ 500 milhões, mas serão R\$ 30 milhões aqui no Rio Grande do Sul. Só a Marcopolo está mostrando um investimento de R\$ 1 bilhão, aqui ao lado de casa. Mas tinha que ir lá na Coreia para ouvir um investimento de R\$ 500 milhões. Os caras não leem direito! Esse é o faturamento de dez anos – depois se leu isso: Esse não era o investimento. Um investimento de 30 milhões é importante? É muito importante esse investimento, mas está longe de serem R\$ 500 milhões. Quanto ao nosso apoio à Moção, Lucas e todos que estão aqui, não poderia ser diferente! Eu tenho certeza que até a Bancada do PT vai nos acompanhar nessa, apesar do Governador Tarso Genro. Obrigado. (Palmas.)
(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 047/12.

O SR. PEDRO RUAS: Ver. Mauro Zacher, que presidente a Casa e a Sessão; Vereadoras, Vereadores; eu já havia cumprimentado o Leonel Lucas. Eu quero especificamente referir as presenças do Ricardo Agra, José Clésio, Giovani Formoso e Elias Bastos, que representam, neste momento, a Associação dos Cabos e Soldados. Faço este encaminhamento em meu nome e em nome da Ver.^a Fernanda Melchionna, portanto em nome do PSOL, Presidente. Obviamente, o nosso encaminhamento, Ver. Waldir Canal, é favorável à

proposta. Há poucos dias tivemos aqui a honra de festejar o cinquentenário da ABAMF, com a presença de toda a sua Diretoria e inúmeros associados. A Associação de Cabos e Soldados fez história na luta pela defesa da dignidade do servidor da Brigada Militar – sargentos, cabos e soldados.

Mas eu queria chamar a atenção dos Vereadores e Vereadoras para um dado da maior relevância: hoje o básico que o soldado ganha é R\$ 1.533,00, valor bruto, com desconto das alíquotas previdenciárias, fica em R\$ 1.320,00. Isso representa, na comparação, dois salários mínimos e meio, em valores de hoje. A proposta do Governo do Estado é de passar este valor para R\$ 2.206,00, valor bruto, em 2014, o que, com a elevação do percentual de alíquotas, vai dar um valor líquido de R\$ 1.804,00. Como o Ministério do Planejamento, Ver. Freitas, imagina e projeta que o salário mínimo será de R\$ 730,00, o salário líquido dos brigadianos desta faixa será, na verdade, de R\$ 1.804,00, ou seja, dois salários mínimos. Proporcionalmente, isso é menos do que hoje; hoje são dois e meio. E os brigadianos – sargentos, cabos e soldados – do Rio Grande do Sul, de uma maneira absurda e inexplicável – e nós salientávamos isso em 2010, Ver.^a Fernanda Melchionna, na campanha eleitoral, entre as 27 unidades da Federação, 26 Estados mais o Distrito Federal – são os que têm a pior remuneração, a mais baixa remuneração. Ora, nós não temos de conviver sempre com isso, está errado isso! E o Projeto do Governo – com todo o respeito que merece – continua errando, e brutalmente, porque coloca uma projeção de um – entre aspas – aumento, que será, proporcionalmente, menor do que o valor de hoje! E continuarão os sargentos, cabos e soldados do Rio Grande do Sul com a pior remuneração do Brasil!

Ora, nós sabemos que isso tem uma relação direta com a capacidade produtiva de um Estado. E, repito, com o maior respeito aos irmãos do Piauí, da Paraíba, como é que pode o policial militar desses Estados ter uma remuneração maior que o do Rio Grande do Sul? Não há uma relação lógica na economia; não há, no setor produtivo, algo que justifique essa disparidade brutal e que nos envergonha, nos constrange.

Por isso, a Moção de Apoio tem integral respaldo do PSOL, absoluto respaldo. E, mais do que isso, nós queremos estar, como sempre estivemos, ao lado da

direção da ABAMF, ao lado dos associados da ABAMF, nesse pleito justo, correto. Não é nenhuma reivindicação remuneratória, é uma luta por dignidade! E essa é uma dignidade que nós queremos que exista, até para poder cobrar serviço de segurança eficiente, eficaz.

Por isso, fica aqui, Sr. Presidente, em meu nome e em nome da Ver.^a Fernanda Melchionna, em nome da Liderança do PSOL, o apoio a esta Moção, o permanente apoio à luta da ABAMF. Obrigado. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): O Ver. Dr. Goulart está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 047/12.

O SR. DR. GOULART: Meu estimado Presidente, colega Ver. Mauro Zacher; Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, é com satisfação que venho encaminhar este assunto, já parabenizando o nosso Vereador pelo encaminhamento da Moção. Escutei atentamente os Vereadores falando e observei que a Moção é importante, mas ainda um pouco subjetiva, e que, em outros momentos governamentais, não se fez muita coisa pelos brigadianos no sentido do ganho. Eu quero saudar aqui a presença do Sargento Lucas, que conhece bem o assunto que vou falar para os senhores. O Ver. Nelcir Tessaro fez, quando ainda era do Partido Trabalhista Brasileiro, uma lei que diz que se deve, nas casas populares, designar 10% para os elementos da Segurança, os homens mais mal pagos da República – assim como os professores e médicos, mas os brigadianos muito –, aqueles que dão patrulha nas ruas, nos defendem, partem para a luta contra o mal. O PTB se sentiu honrado em poder ajudar, tanto pela “Lei Tessaro”, quanto pela apuração deste Vereador, como Diretor-Geral do DEMHAB. Não conseguimos colocar na Restinga o número de 10% – foi um número aquém disso –, porque a maioria dos brigadianos não se interessava por aquela região ou porque os brigadianos daquela região ganhavam um pouquinho mais que R\$ 1,6 mil – olhem só, ganham um pouquinho mais do que R\$ 1,6 mil e não já podem fazer parte. Porém, no belo empreendimento na frente do Carrefour, na Av. Bento Gonçalves, chamado Jardim Bento

Gonçalves, para lá fizemos um pouquinho mais do que a “Lei Tessaro” manda, uma vez que estávamos devendo lá atrás para os brigadianos. Então, para lá estão designadas 40 famílias de brigadianos, das quais recebemos, no mês passado, os documentos daqueles que ganham menos de R\$ 1,6 mil, e que terão a sua casa, pagando 10% do valor, pagando R\$ 100,00, R\$ 120,00, R\$ 130,00.

Então, grande Líder, Ver. DJ Cassiá, nosso Líder querido, o nosso Partido pôde ajudar a família brigadiana dentro desse momento, que já dura muito tempo, de dificuldades de salários. E, por isso, além de sermos a favor da Moção do nosso querido Vereador, somos a favor da PEC 300, que há de uniformizar os salários de todos os brigadianos no Brasil. E nós temos que lembrar que o salário mínimo de um brigadiano em Brasília é R\$ 5,8 mil – não nos esqueçamos disso: em Brasília são R\$ 5,8 mil. Se formos equiparar todos os salários iniciais de brigadianos, teremos um salto adequado e razoável. Por isso, Elói Guimarães, Alceu Brasinha, DJ Cassiá e este Vereador são francamente pela luta da PEC 300, e a favor desta Moção do nosso querido Vereador.

Salve a Brigada Militar! Para frente, Sargento Lucas. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): O Ver. Valter Nagelstein está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 047/12, pelo Governo.

O SR. VALTER NAGELSTEIN: Sr. Presidente, Ver. Mauro Zacher; Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, senhoras e senhores, quero, em primeiro lugar, agradecer ao Líder, Ver. João Antonio Dib, a cessão do tempo para este encaminhamento; e quero cumprimentar os nossos amigos, lutadores da nossa briosíssima Brigada Militar, e manifestar, desde já, o apoio a essa justa e legítima pretensão.

Esses dados que o Ver. Pedro Ruas traz, embora já conhecidos, não deixam, sempre que trazidos novamente à luz, de nos alarmar, e mais do que nos alarmar, de nos indignar. Se olharmos, Ver. Pedro Ruas – eu quero olhar lá

para o meu rincão –, para Aceguá, na fronteira com o Uruguai, no dia mais frio do inverno, lá estará uma viatura da Brigada Militar, um brigadiano, um soldado; se olharmos, Ver. Idenir Cecchim, para Ibiraiaras, lá estará a Brigada Militar. Para onde olharmos, Ver. João Antonio Dib, seja na Capital do Estado, ou na menor cidade do Rio Grande do Sul, Ver. Canal, teremos a presença firme e constante da nossa Brigada Militar, para nos dar apoio, segurança, amparo. São essas históricas pretensões salariais que precisamos, cedo ou tarde – queira Deus que cedo –, enfrentar. A questão da regularização do “bico” também precisamos lembrar e enfrentar. É uma hipocrisia nós aceitarmos ou admitirmos, Ver. Canal, porque... Pegaremos o nosso exemplo, de Vereadores: é possível nós buscarmos uma pessoa com qualificações para trabalhar na nossa assessoria, no nosso gabinete, e pagarmos um salário dessa monta? E se nós fizermos qualquer pesquisa em qualquer local da sociedade gaúcha, porto-alegrense e brasileira, nós vamos encontrar, entre as primeiras aspirações e anseios da sociedade, a questão da Segurança; ao lado da Saúde, ao lado da Educação, mas sempre presente, e cada vez mais presente, a questão da Segurança.

Diz o Talmude, Ver. Professor Garcia, que quem salva uma vida salva a humanidade. O que nós podemos dizer dessas pessoas que por mil e poucos reais colocam em risco, todos os dias, a sua própria vida, meu amigo, Ver. DJ Cassiá, para salvar as vidas das outras pessoas e manter a paz social, que é o desiderato último da sociedade, Ver. João Dib, a paz social. E a paz social é garantida, entre outras coisas, obviamente, pelo Poder de Polícia, pela presença das nossas polícias. E o policial, hoje, vai com o colete vencido, vai com o equipamento muito inferior àquele que tem que enfrentar, do bandido, vai com carros e viaturas que rodam 24 sobre 24 horas! Muitas delas na oficina, porque não têm condições, exatamente, de enfrentar essa jornada. E, com tudo isso, Ver. Pedro Ruas, esse homem está aí na linha de frente do combate à criminalidade e da aspiração do desejo legítimo da sociedade de ter paz, de ter tranquilidade, de ter sossego, de poder trabalhar e trazer para a casa a dignidade para ele próprio, do chefe ou da chefe de família, para a sua própria família. E a esses homens nós também temos que dar dignidade.

Em qualquer luta, em qualquer trabalho, em qualquer projeto que o Governo faça, em primeiro lugar, parece-me que é óbvio: nós temos que colocar professores e profissionais da Segurança pública. Esses são os esteios, essas são as bases da nossa sociedade, Ver. Kevin Krieger.

Portanto, eu quero também, em nome do Governo, embora não seja uma questão do Município, somar voz, fazer coro e deixar aqui este apelo à sensibilidade dos homens da Fazenda do Estado, mais do que do Governador, para que cortem onde tiverem que cortar, meu caro Vardir Fraga, para que confirmem a esses profissionais que fazem esse esforço a que todos estamos nos referindo aqui as mínimas condições de trabalho, de dignidade, para que possam levar a cabo essa missão tão árdua, tão difícil... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): O Ver. Nelcir Tessaro está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 047/12.

O SR. NELCIR TESSARO: Vereador-Presidente, Mauro Zacher; Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, quero cumprimentar a direção da ABAMF, Coronel Lucas; sejam bem-vindos a esta Casa, que sempre esteve ao lado da Associação, que faz um belo trabalho tanto em Porto Alegre quanto no Estado do Rio Grande do Sul. Venho aqui encaminhar, em nome da minha Bancada, Ver. Tarciso, Ver. Bernardino Vendruscolo – também gostaria da sua manifestação, mas, como é encaminhamento, apenas um de cada Bancada pode se manifestar. Quero cumprimentá-lo e dizer que apoiamos, Ver. Waldir Canal, essa sua brilhante ideia, porque entendemos que essa luta da Brigada Militar tem justeza, justamente porque faz com que possa haver a retribuição pelos belos trabalhos, belos serviços que presta. Eu sempre digo: quem nos dá segurança na maioria das vezes não tem segurança, porque os baixos salários que estão sendo pagos não só no Rio Grande do Sul, como em diversos Estados, e também a falta de condições, principalmente daqueles soldados que agora vieram do interior do Estado aqui não têm condições, em Porto Alegre,

sequer tem alojamentos, e aqueles que permanecem em Porto Alegre muitas vezes não têm onde residir e passam a residir em um lado ou outro da Cidade, e essa é a grande dificuldade que eles têm.

O Ver. Dr. Goulart disse, com muita propriedade, o que o DEMHAB está fazendo e fez, desde a Vila Lupicínio Rodrigues, quando dali foram retiradas aquelas famílias de traficantes e foram destinadas aquelas moradias para a Brigada Militar, para a Segurança pública. Nesses condomínios que o Município tem feito, pode não se ter aquela quota de 10%, mas sempre são destinadas algumas moradias para a família brigadiana. Eu entendo que a gente deva trabalhar para que todos eles sejam melhor contemplados nessa situação, e por isso que, desde 2006, Ver. João Antonio Dib, o senhor, que conhece tanto esta Capital – o senhor já era Prefeito quando aquele magnífico troféu monumental do Centro da Cidade; e às vezes o Ver. Bernardino expõe as fotos daquela obra de arte que é nosso esqueleto, que está há 55 anos construído e abandonado... Em 2006, na época com o então Prefeito José Fogaça – o Ver. Idenir Cecchim também participou –, nós fomos à PGM buscar uma solução para que fosse desapropriado aquele prédio, e a Caixa Econômica Federal iria ressarcir o valor ao Município, e ali, através de um PAR, que hoje seria o Programa Minha Casa, Minha Vida, Ver. Pedro Ruas, iria construir habitações sociais para a Segurança pública no Centro da Cidade.

Se nós não temos maneira, se o Governo não tem todas as condições de dar a retribuição, de dar um salário justo, vamos fazer com que se possa melhorar de outra maneira, ou seja, na parte habitacional, diminuir o custo do desembolso com moradia, na sua prestação, que nós sabemos que, nessas habitações subsidiadas pelo Governo Federal, do Pronasci, a prestação maior é R\$ 130,00. Então, toda a Brigada Militar poderia, sim, usufruir, através dos programas do Governo Federal, do Pronasci e do Minha Casa, Minha Vida no centro da Cidade, que tem diversos prédios públicos que poderiam ser revitalizados e destinados à família brigadiana.

Então, contem com a nossa Bancada, e lutem, porque só com luta se consegue que haja sensibilidade do Governo para fazer um plano de reajuste que possa dar dignidade a essa família brigadiana e também fazer com que

esses novos que vêm do Interior, que são deslocados, tenham mais dignidade quando chegam a Porto Alegre, para que não fiquem abandonados, muitas vezes morando de favor na casa de parentes ou de outros soldados que aqui residem. Parabéns pela luta! Parabéns, Ver. Waldir Canal, por essa Moção! Contem com a nossa Bancada.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): Não há mais quem queira encaminhar. Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Bernardino Vendruscolo, o Requerimento nº 047/12. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 26 votos **SIM**.

Está aprovada a Moção de Apoio à Associação Beneficente Antônio Mendes Filho, dos Servidores de Nível Médio da Brigada Militar (ABAMF), pelo empenho nas negociações de reajuste remuneratório dos servidores junto ao Governo do Estado do Rio Grande do Sul. Parabéns! (Palmas.)

Renovação de votação do PLCE nº 006/11 – do Projeto apenas.

Em votação o PLCE nº 006/11. (Pausa.)

A SRA. SOFIA CAVEDON: Ver. Mauro, pergunto que votação será renovada: se é a do Projeto, se é a das Emendas.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): Apenas do Projeto, com exceção ao § 2º, que já foi rejeitado. V. Exa. entendeu?

A SRA. SOFIA CAVEDON: Está bem. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Nelcir Tessaro, o PLCE nº 006/11. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADO** por 15 votos **SIM**; 10 votos **NÃO**; 2 **ABSTENÇÕES**.

O SR. ENGENHEIRO COMASSETO: Sr. Presidente, venho encaminhar um pedido a Vossa Excelência. Na sexta-feira passada, tivemos o prazer de participar, juntamente com o senhor, com o Ver. Adeli Sell, o Ver. Márcio Bins Ely, o Dr. Thiago, enfim, um grande número de Vereadores desta Casa, de um café da manhã no Hospital Parque Belém. Naquela ocasião, foi construído um entendimento de uma frente emergencial de apoio e defesa do Hospital Parque Belém. Estão presentes aqui o Sr. Lauro e o Sr. Ivo Fortes, que coordenam a Câmara Técnica e que encaminham um documento a V. Exa. e o pedido para vir à reunião de Lideranças na próxima segunda-feira. Eu quero aqui, em nome de todos os colegas Vereadores que lá estiveram presentes, encaminhar a V. Exa. e deixar o pedido que foi trazido, neste momento, pelas Lideranças da comunidade. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): Estou recebendo, Ver. Comassetto, já havia também recebido da assessoria do Governo, do Valdir Fraga, nós agendaremos uma reunião. Naquele dia, ficou o encaminhamento de uma possível emenda coletiva. Não sei se no dia na reunião de Lideranças; talvez uma reunião especial para que a gente possa discutir com um pouco mais de tempo devido à correria que há, muitas vezes, em função da discussão de grandes temas na reunião de Mesa. Mas vamos agendar imediatamente. Muito obrigado pela presença de vocês. (Palmas.)

Em discussão o PR nº 001/12. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação o PR nº 001/12. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Em discussão o PR nº 002/12. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Professor Garcia, o PR nº 002/12. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 21 votos **SIM.**

Em discussão o PLE nº 064/11. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Professor Garcia, o PLE nº 064/11. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 25 votos **SIM**.

Em discussão o PLCL nº 003/11. (Pausa.)

O Ver. Engenheiro Comassetto está com a palavra para discutir o PLCL nº 003/11.

O SR. ENGENHEIRO COMASSETTO: Sr. Presidente, Ver. Mauro Zacher; colegas Vereadores, Vereadoras, senhoras e senhores, prezadas lideranças aqui presentes; os lutadores do tema da Saúde se preocupam com as diversas doenças que têm características específicas e potencial de remeter uma preocupação não só às pessoas portadoras, mas também às suas famílias e à comunidade. A luta da categoria médica é para buscar soluções técnicas, científicas que venham ao encontro de resolver algumas doenças. A esclerose múltipla, todos nós sabemos, é uma doença degenerativa que remete não só a pessoa portadora, mas toda a sua família e a comunidade a um envolvimento muito grande, e a busca científica para um enfrentamento desta doença permanece.

Portanto, o que o Ver. Luiz Braz propõe, do nosso ponto de vista, é justo: que nas políticas públicas do Município de Porto Alegre possamos ter um tratamento diferenciado para essas famílias que têm, no seu seio, pessoas portadoras da esclerose múltipla. Eu, particularmente, já venho discutindo isso com o Ver. Luiz Braz, inclusive participamos de alguns debates na Comissão, presidida, na época, pelo Ver. Pujol, se não me falha a memória, quando tratava do Projeto. No nosso entendimento, pessoas portadoras de esclerose múltipla merecem o nosso entendimento, o nosso respeito e a possibilidade da extensão dessa política.

Eu estive verificando, Ver. Luiz Braz, as casas maçônicas já têm essa isenção de tributo no que diz respeito ao IPTU – que é merecido, já é uma lei. Algumas entidades assistenciais já têm esse direito. Portanto, trazendo essa isenção

para as famílias de pessoas portadoras dessa doença as estaremos trazendo para o rol daquelas entidades que, por lei, já têm o direito à isenção do IPTU – Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – no Município de Porto Alegre.

O Sr. Luiz Braz: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Ver. Comassetto, quando V. Exa. fala dos templos maçônicos, o que nós temos ali é a isenção com relação aos templos em geral. Os locais em que os maçônicos atuam são considerados templos, por isso é que eles conseguem a isenção.

O SR. ENGENHEIRO COMASSETTO: Correto, Ver. Luiz Braz. Na leitura que fiz e faço, qualquer um de nós pode buscar lá no art. 70 da Lei Complementar nº 7, de 7 de dezembro de 1973, como foi estendido aos templos de uma maneira geral – e eu creio que deve ter tido algum problema, pois os templos maçônicos não eram inseridos; acrescentou-se um parágrafo específico nominando os templos maçônicos. V. Exa. está correto: são os templos, de uma maneira geral, que têm esse direito à isenção tributária. Refiro-me a isso para dizer que não é uma novidade na Legislação Municipal, já é uma prática do Município de Porto Alegre e desta Casa. E, quando faço aqui a referência, não quero trazer aqui nenhuma divergência a isso; pelo contrário, quero reforçar que a nossa legislação já trata um conjunto de situações, dando essa isenção.

Ver. Luiz Braz, não tive a oportunidade de participar, hoje pela manhã, do debate da Mesa, e estou tomando a liberdade de retomar um tema sobre o qual eu tinha dialogado com V. Exa. quanto a introduzirmos nesse rol as pessoas portadoras de ataxia, especificamente, a doença de Machado-Joseph, que também é uma degeneração genética muito semelhante à esclerose múltipla, e, se tiver o seu consentimento, nós podemos produzir isso em conjunto aqui, agora, para que sejam contempladas nesse seu Projeto de Lei.

O Sr. Luiz Braz: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Nada contrário, porque V. Exa. agora está dando o nome de uma doença, que é a

ataxia Machado-Joseph; com toda a certeza, sim, acho que também essas pessoas são merecedoras.

O SR. ENGENHEIRO COMASSETTO: Obrigado, Ver. Luiz Braz. Então, venho aqui trazer o nosso apoio ao seu Projeto, e, ao mesmo tempo, essa sugestão de ampliarmos para essa doença, que tem uma característica muito semelhante à doença...

O Sr. Luiz Braz: Desculpe, Ver. Comassetto, só para não passar um termo errado. No caso, por exemplo, dos templos, é uma questão de imunidade, que é dado pela Constituição Federal.

O SR. ENGENHEIRO COMASSETTO: Sim, está correto, mas está escrito na nossa legislação, especificada, do Município, como aqui já relatei.

Concluo a minha fala, trazendo o nosso apoio ao Projeto do Ver. Luiz Braz e contribuindo com esta Emenda que estamos, neste momento, em nome de Liderança, produzindo, convidando todos aos Líderes que desejarem assinar, a fim de que possamos assinar coletivamente. Um grande abraço. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Haroldo de Souza assume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (Haroldo de Souza): O Ver. João Antonio Dib está com a palavra para discutir o PLCL nº 003/11.

O SR. JOÃO ANTONIO DIB: Sr. Presidente, Ver. Haroldo de Souza; Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras; meus senhores e minhas senhoras; apenas a Comissão de Finanças emitiu parecer contrário, e este Vereador foi o autor do Parecer, que foi aprovado por unanimidade na Comissão. É lá que se decidem os problemas de finanças e Orçamento – Comissão de Finanças, Orçamento e Mercosul – CEFOR. Esta Comissão, por unanimidade, deu o seu Parecer

contrário. Mas agora vou falar como se jurista eu fosse – e não sou, apenas leitor. Aí, leio a afronta que se faz à Lei Orgânica, art. 113, que diz que esse tipo de concessão, de isenção deve ser por prazo definido; inclusive, determina que a Câmara, anualmente, faça a verificação. Então, afronta o art. 113, da Lei Orgânica, e o art. 14, da Lei Complementar nº 101, que é a lei que define todas as movimentações orçamentárias e financeiras do País.

O Sr. Luiz Braz: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Ver. João Dib, tenho certeza do conhecimento que V. Exa. tem da legislação, mas eu queria que V. Exa. lesse apenas o seguinte: nós não estamos fazendo uma legislação nova. Eu estou apenas incluindo no rol de doenças já existente a doença esclerose múltipla. Naquela legislação já existe, é claro, o prazo para o qual é dada a isenção. Eu não estou criando uma legislação nova: estou apenas incluindo uma doença no rol das doenças já existente ali, para as quais existe isenção.

O SR. JOÃO ANTONIO DIB: Confesso a V. Exa. que não conheço o texto, mas V. Exa. está dando mais uma isenção. E, segundo a Lei Complementar nº 101, que é a lei que regula toda a movimentação financeira e orçamentária do País, só se pode dar uma isenção havendo compensação. (Lê): “Demonstração pelo proponente de que a renúncia foi considerada na estimativa da Receita da Lei Orçamentária, na forma do art. 12, e de que não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo próprio da Lei de Diretrizes Orçamentária; estar acompanhada de medidas de compensação, no período mencionado no *caput*, por meio de aumento da Receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação de base de cálculos, majoração...” Quer dizer: não há uma indicação do período e também não há uma indicação de compensação da Receita que fatalmente seria perdida.

O Sr. Valter Nagelstein: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Ver. João Dib, eu compreendo as suas razões, são razões de forma. Mas eu acho que nós temos que fazer um apelo. E, mais do que um apelo, uma

mobilização da nossa Câmara. No nosso País, 34% do valor dos medicamentos são compostos de tributos, impostos, Ver. Manfro. Nós precisamos fazer um trabalho para que isso seja reduzido e, ao mesmo tempo, permitir que famílias... Porque são famílias, não são pessoas; essas doenças são insidiosas, envolvem todos os familiares num esforço muito grande para tentarem enfrentar esses problemas todos. E não é só essa doença; também o Alzheimer e outras tantas doenças que têm sido diagnosticadas hoje em dia. Então, eu gostaria de fazer esse apelo: que nós passássemos ao largo das questões de forma, para reconhecer o conteúdo e o mérito de uma iniciativa como essa e poder conceder esse benefício. Muito obrigado pelo aparte, Ver. João Dib.

O SR. JOÃO ANTONIO DIB: Eu que agradeço o aparte de V. Exa., no entanto, eu continuo sendo integrante da Comissão de Finanças e, como tal, devo me pronunciar. Eu não vejo as condições de atendimento da Legislação iniciante, a Lei de Responsabilidade Fiscal está sendo violada, e sou obrigado a dizer isso. Agora, quero dizer também que o Município tem duas fontes de receita própria, que é o ISSQN e o IPTU, são as importantes para o Município. Por outro lado, o Fundo de Participação do Município, a contribuição do SUS, o ICMS e o IPVA, todas essas receitas que são transferidas para o Município, parte delas, o Município recebe cada vez menos. O percentualmente recebido é menos, apesar de ser quase 40% a contribuição de impostos do povo brasileiro. Saúde e PAZ!

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Haroldo de Souza): Apregoo a Emenda nº 02 ao PLCL nº 003/11 (Lê.): “Acrescenta, à redação proposta pelo PLCL nº 003/11 ao art. 70, novo inciso, onde couber com a seguinte redação: Art. 70 – Pessoa portadora de ataxia, também denominada doença Machado-Joseph, atestada por médico. Justificativa da Tribuna”. Vereador Engenheiro Comassetto, Liderança do PT.

Aprego Requerimento, de autoria do Ver. Engenheiro Comassetto, solicitando dispensa do envio da Emenda nº 02 ao PLCL nº 003/11 à apreciação das Comissões, para Parecer. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Aprego a Emenda nº 03 ao PLCL nº 003/11, de autoria da Ver.^a Sofia Cavedon, com assinatura de mais três Líderes (Lê.): “Acrescenta, à redação proposta pelo PLCL nº 003/11 ao art. 70 da LC nº 07/73, novo inciso, onde couber, com a seguinte redação: Art. 70 – Pessoas com deficiência decorrente do uso do medicamento Talidomida, atestado por médico. Justificativa da Tribuna”.

Aprego Requerimento, de autoria da Ver.^a Sofia Cavedon, solicitando dispensa do envio da Emenda nº 03 ao PLCL nº 003/11 à apreciação das Comissões, para Parecer. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

A Ver.^a Maria Celeste está com a palavra para discutir o PLCL nº 003/11.

A SRA. MARIA CELESTE: Sr. Presidente, Ver. Haroldo de Souza; Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, senhoras e senhores, acho muito significativa a proposta do Ver. Luiz Braz com a preocupação que se deve ter com as pessoas portadoras de necessidades especiais da nossa Cidade, mais especificamente com esta denominada neste Projeto, mas também com as outras tantas para as quais estão sendo apresentadas Emendas pela Ver.^a Sofia e pelos demais Vereadores, que estão agora se posicionando. Preocupamos o tratamento, a forma, o custo, quando o tema das doenças assola e chega às famílias. Especificamente, da esclerose múltipla, eu penso que temos que avançar para além de uma isenção do pagamento do IPTU, mas avançar no sentido de que a própria Prefeitura reconheça, no Estatuto do Servidor Municipal, a catalogação dessa doença. O Ver. João Antonio Dib lembra muito bem que nós estamos, junto com a assessora da Saúde, há meses, colocando

esta proposta para o Executivo: que inclua a esclerose múltipla no rol de doenças dos servidores públicos, porque é uma doença relativamente nova na sociedade atual, e não está catalogada no Estatuto do Servidor, portanto, a própria administração municipal não reconhece quando o servidor apresenta essa doença. Nós fizemos um apelo ao Secretário da Saúde do Município, para encaminhar junto à SMA, a regulamentação dessa doença dentro do Estatuto do Servidor, e a resposta foi de que, como há uma normativa nacional, não há uma necessidade de que se inclua isso dentro da legislação municipal. Mas, lamentavelmente, temos uma servidora no Município de Porto Alegre que, por ser portadora dessa doença, teve que, precocemente, ser aposentada, Ver. José Freitas, e, ao se aposentar, ela recebe apenas a aposentadoria do Regime Previdenciário Nacional, porque não foi incluída no regime próprio da Prefeitura, por esta doença não estar catalogada no Estatuto do Servidor do Município de Porto Alegre.

Além dessa proposta e dessa preocupação do Ver. Luiz Braz, que possamos, com este seu Projeto, também fazer uma articulação junto ao Prefeito Municipal, apelar para que ele regularize a situação dos servidores municipais de Porto Alegre que foram e estão aposentados em função da esclerose múltipla, para que o servidor tenha os mesmos direitos garantidos no Estatuto do Servidor, quando da sua aposentadoria, no pagamento do seu salário, do seu benefício, algo que hoje ainda não está sendo reconhecido no Município de Porto Alegre.

Eu queria apenas fazer essa observação, dizendo que é muito importante essa proposta do Ver. Luiz Braz, essa preocupação, mas gostaria que as demais Bancadas também pudessem se manifestar e se agregar em relação a essa expectativa de haver essa mudança no Estatuto do Servidor do Município de Porto Alegre. Ainda aguardamos, Ver. João Antônio Dib, uma resposta da SMA para que, efetivamente, resolvamos um problema tão sério quanto este na vida funcional de alguns servidores que precisaram se aposentar por esta doença que chega tão precocemente nos trabalhadores do Município de Porto Alegre, assim como nas famílias, que poderão apresentar essa proposta da isenção. Muito obrigada, Sr. Presidente.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Haroldo de Souza): O Ver. Luiz Braz está com a palavra para discutir o PLCL nº 003/11.

O SR. LUIZ BRAZ: Sr. Presidente, Ver. Haroldo de Souza; Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, senhoras e senhores, nós não estamos falando aqui de uma isenção para um grupo de pessoas que tem todas as condições de competir com os outros dentro da sociedade. Eu não estou falando aqui de uma benesse que estou dando a alguém, assim como, muitas vezes, nós vemos que existe no Poder Público a dação de benesses. Não! Eu estou falando aqui, Brasinha, de um grupo de pessoas que, por uma infelicidade, não pode concorrer de igual para igual com os outros dentro da sociedade.

Um dia, Ver. Ferronato, houve um legislador dentro do Município que reconheceu que pessoas que têm câncer e outros problemas de doenças graves deveriam ter isenção. E essa isenção não é total, porque ela é dada para imóveis até 60 mil UFMs, o que significa, mais ou menos, cerca de R\$ 120 mil. A UFM está valendo mais ou menos R\$ 2,00, hoje, aqui no nosso Município, talvez um pouco mais, Ver. João Antonio Dib, mas é mais ou menos por volta disso. Então, a isenção é para imóveis de até R\$ 120 mil. Eu estou falando aqui de famílias de classe média, eu não estou falando aqui de famílias ricas; as famílias ricas têm imóveis com valores bem mais avantajados. Eu não estou, Ver. Tessaro, criando uma isenção nova, eu estou dizendo que aquele legislador que criou, aquela vez, as isenções para pessoas que tinham doenças graves, ele apenas omitiu, dessas doenças graves, outras doenças que, ao longo do tempo, foram surgindo, porque, há algum tempo, quando foi criada essa isenção, nem se falava em esclerose múltipla, então não se conversava a respeito dela. Eu acho que, se a esclerose múltipla fosse conhecida como é hoje – todos nós temos a respeito dela –, naquela época, aquele legislador a tinha incluído também no rol dessas doenças.

Por isso nós estamos apenas colocando naquela legislação, que foi criada naquele tempo, mais uma doença que é degenerativa, que os seus portadores

não gostariam de ter e trocariam tudo para que eles não fossem portadores dessa doença. Por isso eu digo: nós não estamos querendo aqui dar nenhuma benesse para ninguém, porque essas pessoas, infelizmente, já sofrem, na verdade, uma carga de problemas muito grande, por isso nós estamos querendo dar a elas condição para que possam resistir, junto com os outros, à carga tributária que existe hoje no Município. Eu não estou falando que as pessoas vinculadas a famílias ricas vão ter isso, mesmo porque a isenção é para imóveis de até R\$ 120 mil, que são exatamente 60 mil UFM's; para os outros, não.

Então, se eu estou dizendo que aqui em Porto Alegre eu tenho, por exemplo, mais ou menos cem pessoas no campo da esclerose múltipla, nesse patamar de R\$ 120 mil, eu tenho, na verdade, bem menos. E aí o Ver. João Dib quer que se faça aqui uma conta para saber quanto o Município vai perder. Ora, talvez vinte pessoas vão ser beneficiadas aqui, talvez trinta. Como é que eu vou fazer essa aferição? É muito difícil fazer essa aferição até mesmo para os grandes... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Haroldo de Souza): O Ver. Aírto Ferronato está com a palavra para discutir o PLCL nº 003/11.

O SR. AIRTO FERRONATO: Sr. Presidente, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, senhoras e senhoras, nossos telespectadores e ouvintes, eu vou bater na mesma tecla, como tenho feito nos últimos tempos aqui: a constitucionalidade ou a inconstitucionalidade das propostas. Apresentei uma modesta Emenda dizendo que os bancos, antes de cortar o crédito dos pequenos empreendedores, dessem, por escrito, a informação, Ver.^a Sofia, e que o pequeno empresário assinasse concordando, Ver.^a Sofia, uma pequeníssima proposta, a custo praticamente zero para os bancos, talvez o valor de uma correspondência: R\$ 0,70. Hoje eu telefonei para saber quanto custa o porte de uma correspondência, Ver. Elias Vidal: R\$ 0,80! O Sr. Prefeito Municipal alegou que a proposta era inconstitucional, e os Vereadores da base

do Governo lamentavelmente concordaram com a inconstitucionalidade dessa modesta proposta. Eu sou favorável ao Projeto, vou votar favoravelmente ao Projeto; agora, ele é inconstitucional. Repito: ele é inconstitucional, Ver. Luiz Braz, da mesma forma, pelos mesmos argumentos, pela mesma lei, pelo mesmo conteúdo daquela proposta, daquela lei que V. Exa. trouxe e aqui do Plenário leu. Mas a proposta é grande, a proposta merece o nosso voto e, aliás, essa proposta até é singela, porque nós temos uma série de outras enfermidades que exigem, para tratamento e remédio, um volume bastante grande de dinheiro do enfermo. Acho que a proposta é positiva, é necessária e terá o meu voto favorável – não esquecendo jamais da proposta de lei que apresentei para pequena empresa, modesta proposta, que foi derrotada, porque a base do Governo acompanhou o Prefeito, e eu não estou criticando, apenas dizendo: a base do Governo acompanhou o Prefeito dizendo da inconstitucionalidade daquela modesta proposta. Ver. Luiz Braz, estamos juntos, com os mesmos argumentos que V. Exa. trouxe naquele dia em que perdemos a proposta. Um abraço!

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Haroldo de Souza): A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para discutir o PLCL nº 003/11.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Sr. Presidente, Ver. Haroldo de Souza; Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras e comunidade que nos acompanha, seja pela TV ou presente nesta Casa, acho que o Ver. Luiz Braz traz um assunto complexo, porque a isenção do IPTU para cidadãos com um determinada doença traz um sentido de acolhimento, de viabilidade. Nós sabemos que a esclerose múltipla e a ataxia, como é a proposta de Emenda do Ver. Engenheiro Comassetto, são doenças que trazem para a pessoa uma difícil condição de sobrevivência, por impedirem o trabalho continuado, as iniciativas, e por levarem muito tempo os processos de saúde, de fisioterapia, de atendimento diferenciado, porque os processos de atendimento não são adequados à pessoa com deficiência. Nós discutimos e votamos no ano

passado, Ver. Haroldo, um capítulo do Código Municipal de Saúde que intitulamos “Atenção e saúde à pessoa com deficiência”. Nós tínhamos esse diagnóstico de que a pessoa com deficiência entra, entre aspas, na vala comum: ela tem que ir ao posto de saúde pegar ficha às 4h, 5h da manhã, se não tiver um cuidador. Caso tenha um cuidador, este já é sobrecarregado com a sustentação da casa, de cuidado com a pessoa com deficiência e, ainda, para entrar em um atendimento em saúde, tem que madrugar, com frio, com vento, com chuva, nos postos de saúde. Quando ele chegar na prescrição da fisioterapia e tiver que fazer fisioterapia continuada, de recuperação de movimentos, ele não terá, ele terá apenas dez sessões, Ver. Braz. E depois, ele terá que fazer o caminho de volta, ir ao médico de novo, para, quem sabe, ter outras tantas sessões.

Então, é muito sério esse problema da pessoa com deficiência. O adulto deficiente, então, trabalha com uma frustração imensa, eu imagino, porque aí se agregam questões psicológicas, como é o caso da ataxia e da esclerose. As desestruturas familiares são comuns, eu conheço algumas situações assim, porque nem todo esposo ou esposa consegue entender e ter condições de tocar uma nova vida, uma vida diferenciada. Então, são outras problematizações e dificuldades que sacrificam a pessoa. Acho que o Ver. Braz conhece o problema, o identifica e propõe a inclusão numa isenção do IPTU. O que eu tenho a ponderar é que talvez a gente devesse trabalhar na lei – e aí é a lei geral para todos, não só para essa situação – o critério de renda também, porque nós temos que prezar os impostos públicos, e quem pode pagar, acho que deveria continuar pagando. A não ser que eu esteja mal informada, o Ver. Braz me ajuda no debate...

O Sr. Luiz Braz: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Ver.^a Sofia, imagine que as isenções do IPTU que são tidas aqui para nós são apenas para imóveis até 60 mil UFMs, que significa mais ou menos R\$ 120 mil. Então, as famílias mais abastadas, é claro, têm imóveis que custam mais do que R\$ 120 mil. Muito embora não seja um critério de renda, é um critério de valores de imóveis.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Bem, Ver. Luiz Braz, já é um critério. Acho que vale lembrar que o bônus-moradia, que está sendo ofertado à população mais pobre, com reajuste depois de muita mobilização, está em R\$ 52 mil. Então, nós sabemos que R\$ 120 mil não é, de fato, para uma pessoa nada abonada. Mas eu pondero isso e quero aqui apoiar as duas Emendas. Nós estamos propondo às pessoas acometidas de ataxia e às vítimas da talidomida – ainda são poucas as pessoas identificadas em Porto Alegre –, porque têm o problema agravado e, de fato, têm muita dificuldade e muito gasto com tecnologias assistivas, mobilização. Então, é justo e vamos apoiar.
(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Haroldo de Souza): Em votação nominal, solicitada pelo Ver. João Antonio Dib, a Emenda nº 02 ao PLCL nº 003/11. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADA** por 17 votos **SIM**; 4 votos **NÃO**.

Em votação nominal, solicitada pelo Ver. João Antonio Dib, a Emenda nº 03 ao PLCL nº 003/11. (Pausa.) **REJEITADA** por 15 votos **SIM**; 7 votos **NÃO**.

Em votação nominal, solicitada pelo Ver. João Antonio Dib, o PLCL nº 003/11. (Pausa.) Com a presença de mais de 20 Vereadores no plenário, não há quórum para prosseguir na Ordem do Dia.

Estão encerrados os trabalhos da presente Sessão.

(Encerra-se a Sessão às 17h17min.)